
006ª SESSÃO ORDINÁRIA 15FEV2016

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa tarde, Presidente Cassio Trogildo; boa tarde, demais colegas Vereadores e Vereadoras, público que nos assiste nas galerias, colegas funcionários, público que nos assiste em casa. É com muita emoção e bastante felicidade que eu vou fazer um Pedido de Urgência, caros colegas, que estou apresentando e protocolando novamente, como fiz na minha primeira semana aqui na Câmara Municipal. No ano passado, eu apresentei o código em defesa dos animais, abri o espaço para ser debatido, inclusive, tanto para o pessoal do movimento afro quanto para o pessoal da proteção animal, e a minha intenção era justamente fazer algo bem elaborado, bem pensado, bem discutido e bem escutado de todas as maneiras. Sou um cara que procura ter bom senso, na medida do possível. Eu sei que a gente tem muitas falhas e muitos erros e, inclusive, fui muito mal interpretado por algumas pessoas na época, Fernanda, o que é natural da política, por ter comentado, na época, com relação à questão de comer carne e de ter respeito pelos rituais afro. Eu quero reiterar aqui, de forma plena e muito contente, que, neste tempo em que visitei abatedouros, visitei granjas, locais onde há abatimento de animal, e, a partir de alguns encontros em defesa dos animais, me tornei uma pessoa vegetariana. Faz cinco meses, porque eu seria incoerente, como um defensor incondicional dos animais, vendo que, em toda morte de animal, há sofrimento. Mas também seria muito contraditório que eu, num Estado como o Rio Grande do Sul, defendesse que não tivesse mais carne ou que, para que se comesse churrasco, uma tradição milenar, se tivesse um tráfico de animais. Então, é muito importante ter o bom senso para esse debate, mas resolvi e vou apresentar, e bem provavelmente haverá muita polêmica agora, novamente, porque nós não vamos retirar mais este debate, sobre o código municipal em defesa dos animais, aquele mesmo código que eu tinha apresentado, em que os pontos prioritários vão ser contra qualquer tipo de caça esportiva,

qualquer tipo de caça de animais com intuito fútil ou morte que não se justifica. Esse código vai tocar nas touradas que, apesar de não ser uma tradição aqui, tem ainda uma tradição mundial, e eu sou absolutamente contra qualquer tipo de tourada – não se justifica tamanha crueldade, tamanho absurdo, tamanho egoísmo do ser humano se achar a ponta da pirâmide.

Quero dizer também que vou reafirmar no código, mesmo com o projeto que vai entrar em vigor a partir de setembro, que qualquer tipo de tração animal seja proibido no Município de Porto Alegre, não só por cavalo, mas qualquer tipo de tração animal, porque é algo absolutamente covarde. Eu vivenciei, diversas vezes, este ano, animais sendo explorados, carregando 500 mil, 800 mil quilos, infelizmente, nas regiões extremas de Porto Alegre e em muitas regiões da Grande Porto Alegre, e, para dar o exemplo, inclusive, nós temos que reafirmar esse código de defesa dos animais, para que não exista mais essa tração de forma alguma.

Talvez aí entre alguma polêmica, mas quero dizer que não sou contra um católico que come carne, não sou contra um evangélico que come frango, não sou contra protetores que comem carne, há uma maioria que come carne – inclusive acho que sou o único vegetariano dentre os Vereadores, provavelmente sou –, mas tudo que eu vi nos abatedouros, e convido qualquer um a ir comigo, ou nas granjas, me leva a dizer que não dá para permitir a morte como está hoje. Esse papo de que a morte hoje é sem sofrimento é uma grande mentira! Eu sou contra a morte dessensibilizada ou a morte pura e simplesmente para matar o animal. Aí nós vamos entrar, e não sou contra... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Não sou contra movimento afro, religiosidade alguma; eu respeito. Se algum dia eu tive alguma religião, eu fui budista. Hoje, a minha religião é o amor; sou favorável a qualquer espaço que tenha amor. Mas não há como ser a favor de qualquer tipo de morte para se colocar em canteiro, de qualquer tipo de morte pura e simplesmente por matar e colocar na rua. E esse código apresenta o que nós vamos apresentar aqui em Porto Alegre: a nossa contrariedade a qualquer tipo de morte de forma fútil e dessensibilizada. Tanto no caso do chester que chega à nossa casa quanto da carne que se come no churrasco – ou, ainda, naqueles casos em que matam para botar nas esquinas –, a morte é de forma sofrida, e nós não podemos aceitar.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. MÔNICA LEAL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores e pessoas que nos assistem através da TVCâmara, primeiro, eu gostaria de fazer um agradecimento especial, Presidente, pela oportunidade que tive de ir ao lançamento da 17ª edição da Expodireto Cotrijal, que foi lançada hoje, no Palácio Piratini, com muitas autoridades do setor agropecuário, imprensa e empresários. O Governador José Ivo Sartori nos recebeu às 12h, no Palácio Piratini, para a direção da Expodireto Cotrijal 2016. Foi uma solenidade no Galpão Crioulo.

Por que isso é importante? No momento em que nós assistimos o Estado – o País todo – tão ressentido com essa questão da economia, quando o desemprego assusta, quando a geração que sai das faculdades em busca de emprego encontra grandes dificuldades, quando é enorme o fechamento de empresas, de lojas, de postos de trabalho, eu penso que a agricultura representa muito para o Rio Grande do Sul, e Porto Alegre, por ser a Capital deste Estado, tinha que se fazer presente para apoiar, mais uma vez, essa iniciativa. Eu me preocupo e acompanho de perto a realidade do campo e dos agricultores, as suas necessidades e seus problemas, em função do clima que influencia diretamente o gado e o plantio; a luta diária desses empreendedores pequenos ou grandes, produtores que formam empresas familiares que empregam pessoas e colocam os alimentos nas prateleiras dos supermercados. A grande maioria das pessoas há de entender que esses alimentos vêm da terra, do plantio, do gado, enfim, eles não vêm do ar. Eu sei da importância que é preservarmos e valorizarmos o que é natural da terra, genuíno do povo e o que sai das mãos e da força desse pessoal.

Desde a minha campanha ao Senado e depois, em 2006, e quando Secretária da Cultura, pude viajar e conhecer mais o Interior do Estado e a vida de quem trabalha na terra por necessidade, por tradição e por vocação de gaúcho. Constato sempre o quanto é importante eles estarem bem amparados, valorizados e estáveis, garantindo assim a manutenção da economia e, mais, garantindo a sua dignidade, evitando a procura de emprego nas grandes cidades abandonando as propriedades e as tradições familiares. Porém, isso só pode acontecer – e todos nós sabemos, principalmente num momento de

crise econômica –, se forem oferecidas condições favoráveis para todos os aspectos ligados ao meio rural, considerando sempre as peculiaridades ligadas ao mercado e ao clima.

Queria fazer esse registro como Vereadora da Capital do Rio Grande do Sul do quanto foi importante essa oportunidade de representar esta Cidade no evento de lançamento da Expodireto Cotrijal 2016, no Palácio Piratini. Será a partir do dia 7 a 11 de março, em Não-Me-Toque. A expectativa é reunir 500 expositores brasileiros e estrangeiros de máquinas e equipamentos para a agropecuária, produção vegetal, animal, pesquisa, agricultura familiar, serviços, instituições financeiras e entidade. Este é o momento único em que nós temos que reunir forças para promover, cada vez mais, a economia pujante do agronegócio.

Muito obrigada, Vereador, Presidente, Cassio Trogildo, e a todos que possibilitaram esta oportunidade de a Câmara estar se fazendo representar neste grande evento.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Nereu D'Avila está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. NEREU D'AVILA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, o assunto que me traz à tribuna, sinceramente, é um assunto que eu não gostaria de ter que abordar. Mas, infelizmente, a insensibilidade e a desconsideração do ex-Presidente desta Casa, Ver. Mauro Pinheiro, e, no caso, não sei se da Mesa – mas acho que não, talvez a Mesa anterior... Repito: a insensibilidade e a desconsideração que tiveram para com este Vereador, o ex-Presidente Mauro Pinheiro e a Mesa anterior...

Todos sabemos que, em 29 de abril do ano passado, foi aprovado o plebiscito para o cercamento do Parque da Redenção, algo inédito, nesta Casa, e a pretensão era que neste ano, junto com as eleições, se fizesse a consulta à população, como os países da Europa e dos Estados Unidos costumam fazer, junto com as eleições, perguntas de matérias pertinentes ao interesse da população. Então, em 29 de abril foi aprovado por 22 votos, um contrário e três abstenções, o plebiscito.

No dia 30 de junho, o Presidente de então, Mauro Pinheiro, e este Vereador foram ao Tribunal Eleitoral entregar a lei já promulgada pelo Prefeito. Repito: 30 de junho.

Senhores, o Presidente do Tribunal foi muito receptivo, cortês e amável, dizendo que até votaria a favor do cercamento no plebiscito.

Pois, Vereadores e Vereadoras, algo inusitado e estarrecedor aconteceu infelizmente. No dia 20 de agosto de 2015, ano passado, o Dr. Luiz Felipe Brasil Santos, Presidente do Tribunal Eleitoral, mandou para esta Casa, ao Exmo. Sr. Ver. Mauro Pinheiro, o ofício nº 724/15, que encaminhava uma resposta à Lei do Plebiscito aprovada por esta Casa. Aqui está, Srs. Vereadores, em nove laudas. (Mostra documento.) O Tribunal Eleitoral argumentou que o plebiscito aprovado pela Câmara era matéria adstrita ao Município, portanto não era um plebiscito constitucional segundo a opinião de um departamento daquele Tribunal, com o que concordava o Presidente.

Haveria, então, de parte desta Casa, providências a serem tomadas, e o próprio Presidente do Tribunal, Dr. Luiz Felipe, diz em seu ofício de 20 de agosto: “Outrossim, coloco-me à disposição desta Casa Legislativa para a realização de reunião destinada a tratar do tema, caso haja interesse.”

Pois, Vereadores e Vereadoras, o Presidente Mauro Pinheiro não só não teve interesse na matéria, como, até a semana passada, não havia comunicado este Vereador desta correspondência do Tribunal Eleitoral! Foi através da Rádio Guaíba, que ligou para este Vereador para saber como ia proceder a Câmara em relação ao plebiscito deste ano, que tomamos conhecimento. Eu disse que nós íamos nos reunir com a Mesa e tomar as providências. E o repórter da Rádio Guaíba disse: “Mas tem problemas no Tribunal, Vereador”. E aí, em contato com o Tribunal, tomamos conhecimento que, em 20 de agosto do ano passado, veio essa opinião em nove laudas e ofício ao Presidente, que não teve a sensibilidade e nem consideração de notificar este Vereador, que nunca ficou sabendo, a não ser, repito, pela Rádio Guaíba, semana passada!

Então eu repito: fiquei estarrecido porque tenho mais de 30 anos de vivência nesta Casa e experiência nesta matéria, e acho que nunca houve tanta desconsideração de um Presidente em relação a uma matéria importante. Se eu tivesse tomado conhecimento, teria verificado a possibilidade que o Tribunal lançou: que a Câmara pague, banque o plebiscito. No ano passado ainda haveria condições de talvez, no Orçamento, essa possibilidade fosse concretizada, mas nunca foi me comunicado – nunca! Fiquei sabendo pela Rádio Guaíba. Essa possibilidade se foi, porque o Orçamento é de um ano para o outro.

Agora, eu pedi providências ao Presidente Cassio, que imediatamente enviou à Procuradoria, e depois da Procuradoria eu quero que a Mesa deste ano tenha pelo menos essa consideração de enfrentar essa matéria. Mas eu quero que fique nos Anais da Casa esse ato do Presidente Mauro Pinheiro, que eu não sei o motivo, mas um Presidente de uma Casa, numa matéria dessa importância, não pode deixar de comunicar o Vereador autor e as providências que tinham que ser tomadas. Nunca oficiou, nunca chamou este Vereador, nem extraoficialmente, para dizer: "Olha, chegou o Ofício do Tribunal, Vereador". Eu fico escandalizado com essa desconsideração e essa insensibilidade ocorrida na Presidência do Ver. Mauro Pinheiro. Consultei o Ver. Delegado Cleiton, que é o representante do PDT na Mesa este ano e ano passado também era...

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Ver. Nereu, solicito que o senhor conclua, porque estamos com problemas no cronômetro e já se passaram mais de seis minutos.

O SR. NEREU D'AVILA: Estou concluindo, agradecendo o tempo que me excedi, mas deixo aqui, para os Anais da Casa, essa situação constrangedora, essa situação grave, porque, provavelmente, o plebiscito seja inviabilizado, por omissão, por incúria, por desconsideração e por insensibilidade do Presidente anterior, que não teve a dignidade de notificar este Vereador de que havia óbices por parte do Tribunal Eleitoral. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores; Ver. Kopittke, que se encontra no plenário, tenho certeza de que a fala do Ver. Nereu terá explicação da Presidência e na terá sido um ato deliberado, Ver. Mauro Pinheiro.

Eu preciso falar, na Liderança do PT, na atividade que a bancada do Partido dos Trabalhadores fez – Ver. Eng^o Comassetto, Ver. Alberto Kopittke, Ver. Marcelo Sgarbossa e esta Vereadora –, com lideranças comunitárias, na Vila Ipê 2.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: A nossa intenção era nos somarmos à campanha nacional de enfrentamento ao mosquito causador da dengue e do zika vírus, que assusta este País e já o mundo. Nós tivemos uma manhã de trabalho; não conseguimos material da Secretaria de Saúde, mas imprimimos cópias pela Internet – e vocês vão vendo aos poucos ali a cena. Lá tem muitos problemas, sim, de focos de mosquito, porque tem terrenos baldios, e, pasmem, terrenos que são contrapartidas de grandes empreendimentos que foram feitos no entorno desta comunidade, no Jardim Ipê, no Jardim Carvalho, que o Ver. Nedel conhece bastante bem também,

Ora, uma das bacias de contenção está tomada de lixo e de capim e é procriadora do mosquito Aedes. Mas, mais grave do que isso, o Ver. Eng^o Comassetto vem acompanhando já há uns seis anos este tema, com audiências públicas nesta Casa, reuniões com a comunidade, com o Governo e comunidade, Ministério Público, Justiça, porque essa comunidade virou receptáculo, senhores e senhoras, de toda água, esgoto pluvial e cloacal de todos os novos empreendimentos que foram licenciados pelo Governo Municipal de forma criminosa. Nós afirmamos isso, porque o que nós ouvimos de drama daquela comunidade, de como eles estão vivendo nos últimos seis anos só nos faz chegar a esta conclusão: de maneira criminosa. Os equipamentos que existiam, que ali estão – dá para ver –, que davam escoamento à água foram os mesmos que permaneceram; nenhuma obra alterou-se, nem pelos empreendimentos, muito menos pelo Poder Público. E falo quais são os empreendimentos: o Rossi América – todos estão numa parte mais alta –, que são 2.900 apartamentos construídos nos últimos anos; o Park Plaza; e um empreendimento da Melnick. O impacto é brutal, pois nas casas de 80 a 90 famílias, a cada chuva, as águas invadem; também em praças, parques; destroem ruas, muros, paredes, móveis, patrimônios dessas famílias. Ouvimos uma síntese de uma mulher desesperada – vocês vão ver a altura que a água atinge e as rachaduras que estão sendo provocadas. Vejam, nas fotos, essa senhora mostrando, por exemplo, como ela tampa, e essa senhora nos disse: “Vocês sabem o que é não ter o direito de dormir quando chove? Sabe o que é não poder sair de casa, de férias, porque no verão...” Aqui, nesta foto, ela está tapando de forma manual, e lá em cima estão os empreendimentos,

os blocos de apartamentos e aqui embaixo as moradias recebendo o impacto desses apartamentos que foram licenciados dessa maneira irresponsável.

Por favor, passem um pouco mais rápidas as imagens, porque eu quero mostrar como muitos portões e portas estão blindadas com cimento até a uma altura de 1,20 metro e as pessoas fizeram escadinhas do lado de fora para o acesso, e há muitos idosos. Essa janela que está ali, anterior, que está virada, infelizmente, foi blindada pelo muro do edifício ao lado. O muro do edifício está colado em duas janelas da casa, a casa está toda rachada. Essa situação é do asfalto de um dia seco. A Vila Ipê aqui é muro fechado, as portas de entrada das pessoas estão todas tapadas; aqui é uma escadinha de madeira e essa senhora explicando o seu desespero, não tem mais portão, ela vedou, e aí ela tem que subir uma escada de um lado e descer em outra escada do outro lado, ou seja, saltar a mureta para poder acessar sua casa e ter alguma proteção contra a chuva. Ora, o Engº Comassetto me lembra que já há ação judicial determinando à Prefeitura que realize essa obra com multa diária.

Aqui a senhora está mostrando que altura era o muro e ela o está subindo mais ainda para tentar sobreviver a um desrespeito. Essa questão é muito grave, um licenciamento não; três grandes licenciamentos, e uma comunidade que vivia em paz. Olhem aqui o muro da casa: o menino vai mostrar, estão subindo. Teve idosa que já morreu dentro de casa, pessoas obesas que não saem mais de casa. Olhem outra casa.

Então eu encerro, Presidente, dizendo que é muito grave, nós vamos indicar os endereços onde têm resíduos, onde tem provavelmente criação de mosquitos; o cheiro é insuportável em toda aquela comunidade, porque os dois esgotos estão misturados. Então, é uma situação muito séria, de conhecimento do Governo, e da prática de licenciamento que não considera Estudo de Impacto de Vizinhança... Ali os postes caindo, aqui o presidente da associação. A contrapartida e ações mitigatórias de fato devem acompanhar os empreendimentos e respeitar a população de Porto Alegre.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Airo Ferronato está com a palavra em Grande Expediente. (Pausa.) Ausente. O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra em Grande Expediente.

O SR. ALBERTO KOPITTKE: Caros colegas, muito boa tarde a todas e a todos. Neste momento de Grande Expediente, um momento que cada um de nós detém um tempo maior para expor a sua atividade parlamentar, o seu debate prioritário, eu peço licença e a atenção dos colegas e daqueles que nos assistem. Gostaria de compartilhar algumas reflexões que não são somente minhas, creio que são algumas sínteses que eu tenho feito de vários debates, principalmente a partir de setembro do ano passado, quando apresentamos 18 propostas emergências para segurança da Cidade. A partir de então, começamos a fazer um conjunto de seminários, visitas, reuniões com a Fecomércio, CDL, FIERGS, OAB, Ministério Público Estadual, Defensoria Pública, vários órgãos e entidades da sociedade civil buscando ajudar... Peço perdão aqui, não é nenhuma reflexão simplista ou populista, na minha opinião, que vai nos ajudar a sair desse momento tão grave da violência e da segurança pública, que vou procurar abordar, Ver.^a Sofia, não fazendo uma disputa entre governo A ou B. Vou procurar fazer uma contribuição de conteúdo, de visão, sim, e obviamente a partir dela existem diferenças ideológicas, partidárias, mas o fundamental é que na nossa Cidade o Sr. Prefeito, ou a futura Prefeita ou futuro Prefeito assumam o tema da segurança pública como uma prioridade. O grande equívoco que nós cometemos, na minha opinião, é confundir...

Eu vou passar alguns eslaides de forma absolutamente singela, não procurando apresentar nenhuma verdade ou receita pronta, são algumas contribuições, reflexões, estudos, pesquisas de que tenho participado, acompanhado e feito.

(Procede-se à apresentação de eslaides.)

Nós temos um modelo antigo, que é baseado na ideia reativa de que segurança pública se faz de forma reativa e de que segurança pública se confunde com polícia, e que só a polícia é responsável pela redução da violência das nossas cidades. Baseados nessa visão é que o atual Prefeito Fortunati, o Vice-Prefeito Sebastião Melo e a maioria dos prefeitos de vários partidos, verdade seja dita, dizem que segurança pública não é sua responsabilidade, porque estão confundindo o que está escrito no art. 144, que define o modelo de polícia, com as políticas públicas de prevenção à violência que uma cidade pode fazer. E esse equívoco histórico que o nosso País tem cometido é o que tem nos

trazido à situação atual, inclusive colocado nas costas dos policiais do nosso País e Guardas Municipais uma responsabilidade que não é só deles – e não pode ser só deles. É como se nós colocássemos para os médicos das UTIs a responsabilidade da melhoria da saúde pública do País inteiro, o que seria injusto, incorreto e não funcionaria. Por isso, todos sabemos que temos que fazer prevenção social. É isso que estamos fazendo no caso da dengue e de todas as outras doenças. E esse modelo antigo também é baseado na ideia de que as ações de segurança têm de estar direcionadas ao indivíduo criminoso, têm que consertar aquele indivíduo, reprimi-lo, colocá-lo na cadeia e resolver aquela pessoa no que ela tem de mau para proteger os cidadãos de bem. O problema é que nós precisamos de intervenções baseadas em comunidades. O problema da violência é devido à descoesão social, onde as políticas do Município, do Estado e da União, sejam lá de que partido forem, intervenham de forma conjunta num território.

Eu vou falar sobre uma ação da Polícia Civil, uma grande e muito bem feita operação no bairro Restinga, em novembro do ano passado, na qual 600 policiais realizaram 45 mandados de prisão e dezenas de mandados de busca em um novo empreendimento imobiliário na Restinga, voltado para combater o tráfico de drogas. Pois bem, nenhum indicador de violência da Restinga reduziu após essa operação. Por quê? Porque, naquela tarde, nós deveríamos, se fosse um modelo planejado e integrado, entrar com políticas voltadas para os jovens daquela comunidade, como políticas de esporte, de lazer, de mobilização social, e não apenas o trabalho policial que, como todos sabem, na mesma tarde, outros 40 jovens, Delegado Cleiton, já ocupavam aquelas funções do tráfico, da violência. Então, nós precisamos ter modelos de intervenções integrados que não sejam mais baseados no medo da polícia, mas, sim, na construção de relações de confiança dos policiais, do Poder Público com as comunidades de periferia e, principalmente, com os jovens das nossas periferias; que não seja mais um modelo desintegrado, mas seja um modelo integrado, como eu já disse, onde participem das políticas de segurança os médicos, os assistentes das Unidades de Saúde da Família, do CRAS, das escolas, de todos os equipamentos do Conselho Tutelar.

Hoje, fala-se em falta de efetivo. Pois bem, a nossa Cidade tem mais de 7,8 mil servidores da segurança pública, entre Brigada, Polícia Civil, Conselho Tutelar, FASE, Susepe, IGP. Falta efetivo? Com certeza, mas, mais do que faltar efetivo, o nosso problema é de integração, planejamento e proatividade. Todos os indicadores de polícia têm aumentado

na Cidade nos últimos anos. Eu diria que, ao longo de todos os anos desta década, tanto na Polícia Civil quanto na Brigada, aumentaram os índices de efetividade: prendeu-se mais, apreenderam mais armas, pegaram mais foragidos, recuperaram mais carros; se houvesse mais efetivo, faria ainda mais, mas nenhuma indicador de violência está caindo, porque o nosso trabalho no território está desintegrado.

Aqui temos os números, há um conjunto da Guarda, mostrando como poderíamos trabalhar. Nós precisamos de um modelo efetivamente integrado. Sinto muito em dizer que nosso GGI – no ano passado eu fui apresentar o mapa da Comissão, irei amanhã, a pedido da Ver.^a Fernanda –, infelizmente, não tem nenhum tipo de planejamento. Eu não sei nem se os colegas sabem o que é o GGI, que deveria ser o verdadeiro órgão gestor da segurança da Cidade, junto com o conselho, que já existe há mais de 15 anos, mas que infelizmente não é ouvido, não temos um plano de segurança, unindo nossas ações. Nós poderíamos ter um instituto de segurança pública unindo todas as universidades do nosso Município – PUC, UFRGS –, juntando toda massa crítica que a nossa Cidade, juntando as redes de políticas sociais e as áreas integradas de segurança pública. Há lei aprovada nesta Casa desde 2008, de autoria do Ver. Carlos Todeschini. E todos os Municípios que reduziram a violência fizeram assim, integraram suas polícias no território, integraram suas ações sociais no território.

Aqui temos os índices de produtividade que o mapa da Comissão demonstra: as polícias trabalham cada vez mais, mas não se trata apenas de um problema que tenha que ser resolvido pelas polícias.

Aqui, uma primeira proposta que o Prefeito... Aliás, o Vice-Prefeito é do mesmo partido do Governador. Leve a ele o pedido para implementar a integração das polícias no nosso território; sem isso, não há como fazer intervenções integradas. Cada território é atendido por uma DP, por um batalhão diferente, não há como monitorar onde está funcionando. O Rio de Janeiro – de outro partido, também – fez áreas integradas; atingiu, agora, o menor índice de violência dos últimos 30 anos, integrando, tendo coordenações em cada território, premiando aqueles territórios que reduziram violência. E a Prefeitura fazendo este trabalho conjuntamente com o Estado.

E, principalmente, o que o Prefeito poderia e deveria fazer e não faz: mobilizar a Cidade contra a violência. Não adianta ficar aqui só falando da Força Nacional ou que vai botar arma na mão dos nossos guardas – sem treinamento, inclusive –, que isso vai resolver.

Precisamos de uma mobilização de todas as energias da nossa Cidade: líderes comunitários, escolas, mães, pais, igrejas, equipamentos públicos, escolas de samba, batuques – todos se unindo. Foi assim que Bogotá venceu e conseguiu reduzir em 90% os indicadores de violência. Não teve mudança na lei nem aumento no efetivo em Bogotá ou em Medellín. Teve mobilização social; teve engajamento do Prefeito, liderando a cidade para mudar a cultura da violência por uma cultura de paz, fazendo as crianças entregarem brinquedos que tivessem formato de armas, fazendo caminhadas, bicicletadas, caminhadas das mães pela paz. Isso tem muita importância quando se quer efetivamente mudar uma cidade.

Podemos chamar todos os nossos empresários e líderes comunitários para criar um fórum Porto Alegre sem violência, e este fórum criar uma agenda comum das energias da Cidade.

O crime só é organizado quando a sociedade é desorganizada. E para evitar isso é preciso integrar as forças da Cidade, isso é o mais importante. Eu sempre conto que, cheguei uma vez em Medellín, no Fórum que Medellín criou – estou citando as experiências mais famosas, os que estudam o tema sabem –, e fui a uma reunião do Fórum Medellín Sem Violência. Achava que era uma reunião de dez pessoas. Pois lá havia 1.500 cidadãos fazendo monitoramento do plano daquela cidade, semana a semana, se reunindo e verificando como estavam as metas que haviam sido pactuadas.

Temos que fazer pelo menos um seminário. Será que o Sr. Prefeito não pode fazê-lo, chamando essas experiências exitosas da América Latina, do Brasil, de qualquer partido? Isso não é tarefa só do Governador e da Presidenta, o Prefeito pode fazer, conhecer as experiências exitosas, uma ação simples. Não é falta de dinheiro, é falta de iniciativa em relação ao tema.

Eu trouxe até um exemplo do PSDB, de 1997, quando se juntou à USP, à Fundação Roberto Marinho e foi feito um grande seminário que estruturou o que faz hoje São Paulo ter uma média de nove homicídios a cada cem mil habitantes, enquanto Porto Alegre tem um índice de 40 homicídios/cem mil habitantes; e continua subindo. Isso é para mostrar que é uma questão de iniciativa política.

Um Disque-Denúncia da sociedade civil, como existe em São Paulo, para ajudar a polícia. Eu não vou me alongar aqui, mas essa é uma iniciativa muito importante que em São Paulo, Rio, Minas, Pernambuco tem dado um grande resultado também.

Violência nas escolas. Temos três leis aprovadas por esta Casa. Existe até uma outra, de 1997, que eu não encontrei para colocar aqui, de um Plano Municipal Contra a Violência Escolar, a Lei Antibullying, o Programa de Prevenção à Violência – nada é implementado. Há três anos fazemos seminários na CEDECONDH e a Prefeitura não apresenta um plano de ação contra a violência nas escolas e os professores não conseguem mais dar aula. Não adianta chamar o Conselho, é preciso trabalhar de forma unida, cada território, disputando cada jovem desta Cidade. Não dá mais para dizer: menos um jovem porto-alegrense que nós perdemos por incompetência nossa, que estava lá, que evadiu da escola e nós sabíamos que ele ia morrer e fomos incompetentes, todos; todo o Poder Público, todas as lideranças políticas.

Então, eu sigo, aqui, com mais uma dezena de propostas, sobre as quais não vou poder me alongar, mas deixo de contribuição para o debate da Cidade. Estamos iniciando um ano eleitoral, obviamente pode haver outras propostas, mas que nós possamos fazer uma discussão com base técnica, ouvindo as experiências que funcionaram, ouvindo vozes que realmente sejam de lideranças policiais, da academia ou da sociedade civil. Todos têm de se unir para debater a segurança pública. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, venho à tribuna ainda sob o impacto dessa magnífica e magistral aula sobre segurança pública que nos forneceu o Ver. Alberto Kopittke. Em verdade, Sr. Presidente, o que vimos na tela há bem pouco não tem nada de novo; faz parte de uma política traçada em Brasília, da qual, segundo me consta, o Dr. Kopittke foi um dos grandes colaboradores que desenvolveram experiências, prezada liderança do Governo, em várias comunidades por este Brasil afora, e que teve seu final nas famosas unidades pacificadoras. Quem não se lembra, no Brasil, daqueles episódios fartamente divulgados pela mídia nacional a respeito do Morro do Alemão? Quem não se lembra? Quem hoje se recorda do que se tinha como expectativa na aplicação daquela política pacificadora em que a polícia iria buscar o reconhecimento e o relacionamento com a sociedade para aí desenvolver um

policiamento moderno e adequado? Ver. Kevin e Ver. Nedel, o que se vê hoje é o noticiado que a polícia pacificadora está matando gente no Morro do Alemão, no Rio de Janeiro, como nunca fez na sua história. As notícias a respeito de julgamento de policiais e toda essa confusão, Ver.^a Mônica, são os exemplos da unidade pacificadora. O que mais uma vez dá razão ao povo quando ele diz que tudo é verdade, *“todo es según el color del cristal con que se mira”*. Toda essa crítica e essa colocação demonstra, com clareza, que toda teoria na prática é diferente. É bela a teoria desenvolvida, o discurso maravilhoso, e o resultado? Em Porto Alegre fizeram experiência na Cruzeiro, na Bom Jesus, na Restinga. E qual foi o resultado, meu caro Ver. João Bosco? Qual foi o resultado, meu caro Ver. Nereu D’Avila? Hoje tem, a se lamentar, mais criminalidade nessas áreas do que tinha antes.

Então, esses programas bonitinhos, colocados na tela, cheios de colocações, de referências a vários países do mundo com realidade completamente diferente da realidade brasileira, e querer enquadrar o Município brasileiro em situações vividas pelos departamentos da Colômbia, onde o Município é diferente dos daqui do Rio Grande do Sul e do Brasil... Lá as autoridades locais têm o poder de polícia total, como tem os governos de Estado na federação brasileira. Então não dá para confundir uma realidade com a outra. Acho que é maravilhosa a exposição do Ver. Kopittke, acadêmica, muito bem proferida, muito bem ilustrada, com várias demonstrações colocadas no nosso telão, mas, infelizmente, para nós resta o desconsolo de sabermos que essas coisas colocadas em prática tiveram resultado funesto, e que todos esses gastos, o envolvimento do Exército Nacional, envolvimento de gregos e troianos no Rio de Janeiro, em São Paulo, em todos esses lugares onde foi feita essa experiência, o resultado é pífilo, é negativo, não representa nenhum avanço.

Então eu agradeço tranquilamente ao meu querido Ver. Alberto Kopittke esse seu pronunciamento maravilhoso, mas quero alertar a sociedade porto-alegrense, o público que nos ouve que, infelizmente, essa aula é ministrada para alunos que já foram reprovados integralmente na realização das suas teorias, que se mostraram, Ver. Delegado Cleiton, absolutamente frustradas, porque não eram ajustadas à grande massa que é a fonte inspiradora da realização do bom trabalho. Não adianta, agora, ir a Medellín, Bogotá, Chicago, Nova Iorque, se nós não soubermos como pensa a Restinga, Espírito

Santo, Santa Rosa, a periferia de Porto Alegre, a cidadania de Porto Alegre. Por isso, Sr. Presidente bela aula, infelizmente a teoria não se concretizou na prática.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cássio Trogildo): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, a gente aprende muito coisa na vida, a gente recorda muitas coisas que a gente passou na vida. Neste dia de hoje, recordo meus tempos de infância, quando eu fazia alguma coisa errada, principalmente, quando faltava às aulas do colégio, chegava em casa e arrumava uma desculpa, que eu achava ser uma boa desculpa para dar aos meus pais, na minha inocência de criança. E o meu pai e a minha mãe faziam de conta que acreditavam na minha desculpa. Hoje, aqui, se vê isso, mas não uma inocência de uma criança, que matou uma aula para jogar bola com os amigos, para soltar pandorga, para jogar pião, jogar taco; vê-se uma desculpa para tapar um grande erro.

Fala-se, hoje em dia, em segurança pública jogando toda a responsabilidade para os Municípios. Onde, na Constituição, diz que a responsabilidade da segurança pública é dos Municípios? Onde se diz que a segurança pública é responsabilidade dos Prefeitos? A saúde, a responsabilidade é dos Municípios; a educação, diz na Constituição de 1988, é de responsabilidade dos Municípios. Agora, querer botar goela a baixo do povo que está em casa nos assistindo que a segurança pública é dos Prefeitos, aí é a última; aí é a desculpa que o Janta dava para o Seu Alfredo e a Dona Neusa, quando tinha seus sete, oito anos de idade, que matava aula e ia jogar taco, bolita e soltar pandorga e achava que o Seu Alfredo e a Dona Neusa acreditavam na sua desculpa. Pelo amor de Deus, a segurança pública é responsabilidade do Estado e da União! Não vem para cá fazer pirueta! O Pujol lembrou muito bem aqui: cadê os Territórios da Paz? Cadê as UPAs? Cadê os investimentos maciços do Governo, que arrecada 62% de impostos e leva tudo das taxas? A cada R\$ 100,00 arrecadados, hoje, em Porto Alegre, 62% foram para a União! E aí vem me dizer que a responsabilidade é do Prefeito, que o Prefeito fica choramingando, pedindo a Guarda Nacional? O Prefeito não tem que pedir Guarda Nacional, o Prefeito tem que pedir aquilo que a União se comprometeu: as UPAs, os

Territórios da Paz. Arrecada, tem que repassar. Meu pai trabalhava, meu pai que tinha que sustentar a mim e aos meus irmãos, nós éramos menores de idade. Hoje, quem sustenta a família, minha família, sou eu, é a minha esposa; meu filho já se sustenta, já trabalha. E a União é o pai, a União é a mãe, a União é quem mais arrecada, é a União que tem que dar esse suporte para os Municípios. Não é exigir! Está lá na Constituição de 1988, é responsabilidade do Município a educação até a 9ª série, é responsabilidade dos Municípios a saúde básica; agora, a segurança não está lá, não. Vamos parar de enganar o povo, largar nas costas dos Prefeitos a questão da segurança pública, vamos assumir este papel da segurança pública que é do Estado – que é do Estado! Que é da União! É deles o papel da segurança pública. Agora, querer largar isso nas costas dos Prefeitos é de última categoria. É querer estar enganando, achar que está enganando, quando vai gazeirar a aula. Então, é muito bonito postar aqui no papel. Agora, nós queremos ver na prática: onde está a Política Nacional de Segurança Pública? Onde está a Política Nacional de Segurança Pública que tanto foi propagandeada, como a Pátria Educadora? Na semana passada, falamos que todos os projetos de educação deste País tiveram cortes. A Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul demitiu mais de 500 mestres e doutores sem falar nas outras universidades. Nesta semana, vão nos trazer os números e dados de quantos mestres, doutores e professores foram demitidos das universidades no Rio Grande do Sul e quanto deixaram de repassar para a educação neste País. E agora, vir também e querer enganar o povo na questão da segurança pública? Por favor, não sejam infantis como o Janta era quando matava aula para jogar taco, soltar pandorga e jogar bolita. Por favor, não vamos fazer demagogia aqui na questão da segurança pública do povo brasileiro. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa tarde a todos e todas. Eu venho, em nome do PSOL, usar o período de Liderança, e pretendia, nestes cinco minutos, em meu nome e em nome do Ver. Alex Fraga, falar de mais um iminente aumento das tarifas do transporte público numa Cidade comandada pelos interesses dos empresários do transporte

coletivo, mas, depois de ouvir atentamente o Ver. Alberto Kopittke, o Ver. Reginaldo Pujol e o Ver. Cláudio Janta, não posso deixar de intervir nessa discussão.

Quero apenas fazer duas considerações, pois, na nossa opinião, dois erros nunca fazem um acerto. É verdade que o Governo Dilma, que se diz Governo da Pátria Educadora, cortou dinheiro das universidades públicas e tem deixado à míngua as áreas sociais, tem seguidamente drenado os recursos do povo brasileiro para pagar uma dívida impagável com os banqueiros e os grandes empresários – e, na verdade, ilegal, como já foi mostrado pela Auditoria Cidadã da Dívida –, a chamada dívida pública, que consome 50% do Orçamento do País. Nunca foi feita uma reforma tributária justa para onerar os ricos e desonerar os pobres. Ao contrário: no nosso País, quem paga mais é quem está na base da pirâmide; a classe trabalhadora, a classe média assalariada está sendo brutalmente impactada com a crise.

Também é verdade que os governos municipais – o nosso Governo Municipal do Fortunati e do Vice Sebastião Melo – têm se desresponsabilizado de um tema que diz respeito à prevenção das políticas de segurança pública. Ora, não se pode tapar o sol com a peneira! Porto Alegre tem o dobro da taxa média de homicídios de São Paulo: são 37 casos a cada 100 mil habitantes. É mais de 70% de aumento de homicídios dolosos no nosso Município. A cada dois dias, três pessoas perdem a vida vítimas da violência social – a maioria jovens. A nossa taxa de homicídios é maior do que a do Rio de Janeiro. Porto Alegre está como 43ª cidade mais violenta do mundo – do mundo! Não estamos falando do Brasil! É óbvio que todos os Governos têm responsabilidade, porque as políticas de segurança pública são anteriores à questão de uma polícia ostensiva, que, obviamente, o desmonte do Governo Sartori tem atacado ao não chamar os concursados, ao parcelar os salários da segurança pública, a não investir na integração e na inteligência das polícias. Mas não é só isso. Houve, em Porto Alegre, uma evasão de 30 mil jovens das escolas nos últimos dois anos – jovens que deixaram de estudar por uma série de razões – e não houve uma política pública para trazer esse jovem novamente para dentro da escola. Ou nós não sabemos que a educação é fundamental na vida dos cidadãos para garantir, inclusive, que os jovens sigam nas escolas e não se envolvam com as gangues capitalistas do narcotráfico. Precisamos de políticas integradas vinculando cultura, esporte e lazer nas periferias; de áreas de integração da segurança pública – projeto que, apesar de aprovado por esta Casa, nunca saiu do papel; de um plano municipal de segurança

cidadã, responsabilidade do Município, que, junto com as guardas municipais, pode, sim, fazer vigilância nos próprios municipais.

Lá na escola, Ver. Prof. Alex, o senhor está sempre falando, e parece que não lhe ouvem! Aqui, na Câmara, os professores estão lutando para garantir que as escolas tenham guardas municipais, para garantir que não haja violência. E o senhor trouxe muitos casos de escolas que foram depredadas, de professores e estudantes que foram vítimas da violência, sem que haja câmeras de vigilância e Guarda Municipal em número suficiente para garantir às nossas escolas municipais um plano efetivo de iluminação, que é responsabilidade do Município. Isso só pode ser feito como forma de valorizar as praças e os parques, trazendo a cidadania para ocupar esses lugares, para que não virem lugares ermos, pratos cheios, infelizmente, para assaltos, para estupros, para violência contra as pessoas.

É preciso que tenhamos um Governo que assuma, também, a questão da prevenção e da segurança pública com responsabilidade sua. É responsabilidade de todos! Ou nós vamos seguir vendo o que está acontecendo com a nossa Porto Alegre, que, a cada dia, tem mais indicadores de atuação de eficiência das polícias, como foi trazido aqui, Presidente, no nosso mapa; mas também tem mais índices de roubos com violência, de latrocínios, de homicídios dolosos. Portanto, é um sinal de alerta, é um sentido de urgência para que haja a preocupação e a responsabilidade de todos os entes. Como eu disse no início, dois erros não fazem um acerto. Não dá para querer defender o Governo Fortunati diante dos ataques do Sartori ou dos ataques da Dilma. Nós temos que ser coerentes e cobrar de todos os Governos para garantir os direitos da nossa população.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. ENG^o COMASSETTO: Sr. Presidente, prezados Vereadores, prezadas Vereadoras, senhoras e senhores aqui presentes; primeiro, em nome dos nossos partidos, quero tratar sobre a responsabilidade que temos aqui nesta Casa e a responsabilidade que o Município tem perante a sua população e as políticas públicas. Ver. Reginaldo Pujol, quando qualquer um dos membros da oposição vem a esta tribuna

propositivamente com conteúdo, é para dizer que soluções políticas existem, não é só uma retórica de boas aulas; agora, os governantes têm de assumir essas posições. Por que não ter a humildade de reconhecer os parlamentares da oposição quando trazem boas propostas e assimilar as suas políticas? O que a Ver.^a Fernanda, o Ver. Alberto, a Ver.^a Sofia trazem são contribuições não para o Governo, mas para a cidade de Porto Alegre. Na semana passada, saíram todos os índices sobre a segurança em Porto Alegre, e todos aumentaram: latrocínio, homicídio, roubo de carros. Afinal de contas, o Município tem ou não um papel a assumir nessa situação? Tem! Quando veio para a Câmara pedir voto da oposição para aprovar a Secretaria Municipal de Segurança, veio um conjunto de atribuições e objetivos. Eu pergunto: onde estão as atribuições que foram definidas legalmente para Secretaria Municipal de Segurança realizar? O diálogo com a Cidade, a integração entre os órgãos, a identificação das comunidades mais inseguras para ter um trabalho nas comunidades escolares? Entre outras. Portanto, venho dizer que este Governo Municipal é cansado e desencontrado, associado a um governo do improviso, que é o Governo Sartori.

Já que o Gil Almeida entrou no plenário, e ele representa o gabinete do Prefeito e o do Vice, estou apresentando o crime pelo qual a Prefeitura de Porto Alegre está condenada, e o Vice-Prefeito e o Prefeito são os responsáveis. Eles já estão enquadrados na possibilidade da improbidade administrativa se não responderem judicialmente o que já foi determinado em juízo.

Lá na comunidade do Ipê – ali está a comunidade com a campanha do mosquito, no combate ao mosquito... Prezados Vereadores e Vereadoras, no sábado, a nossa Bancada... Até para responder ao Diretor do DEP, que esteve aqui, o Boelter, muito mal-educado, que disse que deveríamos fazer as denúncias das coisas erradas do DEP. Aqui está uma: o DEP está condenado, o Prefeito e o Vice-Prefeito estão condenados. A CUTHAB foi lá ainda sob a presidência do Delegado Cleiton, que está aqui, e depois com o Paulinho. O que prometeu o DEP em 2012? “Daqui a 30 dias vamos iniciar a obra”. Pergunto se obra foi iniciada lá, Ver. João Carlos Nedel, que foi comigo, junto com o DEP, às audiências da comunidade? Não foi iniciada. O dinheiro está depositado; a comunidade está aí; as paredes de todas as casas estão infestadas de mosquitos, um problema oriundo desse esgoto, de toda a comunidade do Ipê. Se nós olharmos, nas últimas fotos, veremos um absurdo, Ver.^a Lourdes: a água corre dentro das casas da

comunidade. E vamos mostrar aqui pessoas com 60 anos, pessoas com deficiência física tendo que subir e descer um muro de contenção que fizeram na frente de suas casas, são mais de 50 casas condenadas! Observem a escadinha! Aí estão fazendo um muro de contenção em frente à casa para que a água não entre.

O DEP buscou contrapartida da Rossi; a Secretaria de Planejamento à época buscou, o Secretário era o Ver. Márcio Bins Ely; a SMOV buscou contrapartida; menos as contrapartidas para aplicar na comunidade, que deveriam estar resolvidas. Isso nem é questão de contrapartida, isso é questão de mitigação, quando um projeto ocasiona prejuízos abaixo da área tem que ser corrigido. Aqui não foi corrigido, e a Prefeitura diz que está tudo bem. Observem, aquilo ali é um muro de contenção além da grade, porque a água bate ali. Para poder passar para a casa tem que pular aquela mureta. E isso é um absurdo! Imaginem, senhoras e senhores. Concluo a minha fala dizendo que começamos a trazer as denúncias que o Secretário do DEP pediu; na sequência, traremos outras.

Aqui, a equipe do DEP foi, há 30 dias, fazer uma limpeza. Vão lá verificar como estão as bocas de lobo: limpavam uma e pulavam dez! Grande abraço!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): (15h29min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

A Sra. Sofia Cavedon: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, estamos protocolando nesta tarde uma proposta para análise nesta Casa que já é oriunda de debates que fizemos ano passado, inclusive uma emenda do Ver. Cecchim na lei dos Procuradores, esforço do próprio Prefeito Fortunati, que tem procurado fazer valer a Constituição no que diz respeito ao teto salarial. Nós entendemos que é hora de escrevermos na nossa Lei Orgânica no sentido de que todos os municipais, sejam CCs, sejam diretores, recebam, no máximo, o teto do Prefeito, como manda a Constituição, inclusive este Legislativo. Estamos protocolando e queremos formalizar a V. Exa., enquanto Bancada do PDT.

(Procede-se à entrega do documento.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o PLL nº 078/15, com Veto Total. (Pausa.)

O Sr. Reginaldo Pujol: Sr. Presidente, infelizmente, usei da possibilidade regimental de encaminhar a matéria no dia em que era para ter sido colocada em votação. Não houve quórum, e por essa razão ela não foi votada. No meu entendimento, acho que se renova a votação por inteiro, inclusive abrindo a possibilidade de um encaminhamento. Consulto V. Exas. se concordam com a nossa posição, caso contrário, fica a minha lamúria, de eu ter perdido tempo, encaminhado uma votação e ser castigado pelo fato de estar presente, quando, por falta de quórum, não se votou a matéria na Sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Nossa Diretoria Legislativa está confirmando o Regimento, mas, em princípio, cabem os encaminhamentos ainda não feitos. Registramos os que já encaminharam: Ver. Cláudio Janta, Ver. Alberto Kopittke e Ver. Reginaldo Pujol. A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 078/15, com Veto Total.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Ver. Cassio Trogildo, Presidente; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; eu encaminho em nome da nossa bancada, Ver. Kopittke, o seu projeto de lei, a nossa opinião de que a unanimidade desta Casa não foi à toa, Ver. Kevin, honrando a construção do consenso que fizemos na votação do projeto no ano passado, com a presença do Secretário de Saúde, com a Liderança do Governo. Foi resultado, com certeza, dos movimentos que a Comissão de Saúde da Casa tem feito, pluripartidária, dos temas que têm preocupado muito esta Casa, da violência que chega aos trabalhadores da saúde, violência que chega no momento do atendimento, que é o único serviço que não pode se negar e que não se nega a atender, seja o criminoso, seja um baleado, seja um familiar envolvido, alguém envolvido num problema de violência, sejam os nossos trabalhadores e trabalhadoras da saúde, que são os mais expostos a essa situação conflagrada, em que não dá para garantir, inclusive, a vida das pessoas.

Nós assistimos aqui, na última quarta-feira, a um vídeo trazido pelo Ver. Alberto Kopittke, autor da lei, que mostra uma execução sumária, filmada nos corredores do PAM-3. O Ver.

Mario Manfro sabe o que significa porque certamente já viveu alguma situação semelhante, como dito no depoimento do Dr. Raul, assim como do Dr. Thiago, que são médicos – por isso me refiro a eles, agentes de saúde desta Cidade. Qualquer um poderia ter sido baleado naquela situação, além do enfermo ou do paciente que ali se encontrava, porque entraram quatro pessoas armadas no posto de saúde, com um objetivo, e, se alguém estivesse no caminho, estivesse verificando pressão, sendo levado para atendimento, possivelmente seria baleado também. Então, essa situação exemplifica a importância de, nos prontos-socorros, nos atendimentos 24 horas, organizar um espaço diferenciado, separado para esse primeiro atendimento.

Nós não compreendemos o Veto que o Sr. Prefeito faz a esse projeto. Tenho certeza de que não significa um custo maior tão grande assim que justifique. A nossa Bancada não entende um argumento, Ver. Alex, burocrático. Ora, é iniciativa do Prefeito. Não é possível que o Vereador não possa se imiscuir; ora, isso significa uma postura de intransigência, de falta de sensibilidade, de democracia no sentido de receber as contribuições dos Vereadores de diferentes partidos, em especial da oposição. Entendemos que esta Casa tem que mostrar a harmonia e a independência dos Poderes, porque isto é importante também: o Legislativo, a Câmara Federal, o Senado, pela Constituição, são exatamente para a diluição do poder, são exatamente para poder fazer valer a democracia, o espaço democrático, o protagonismo diversificado, pulverizado, a representatividade da pluralidade da sociedade brasileira. A derrubada do Veto não é uma derrota ao Prefeito; se for uma compreensão coletiva, se for uma construção dialogada, ela é uma afirmação deste Parlamento, que acumulou neste tema, este Parlamento recebe os problemas, as queixas, a demanda da sociedade.

Eu aqui respiro e conto, Ver.^a Jussara, para vocês uma reação da sociedade em relação ao tema que nós tratamos agora sobre a ida à Vila Ipê 2, o qual nós postamos nas redes sociais, colocando o problema, comunicando a ação da bancada, e uma cidadã escreveu: “Ah, se os Vereadores fiscalizassem mais, se ele estivessem mais presentes”. Vejam bem, faz uma crítica à Câmara de Vereadores dizendo que o problema é nosso. E nesse caso é profundamente injusta, pois o Ver. Comassetto trabalha há alguns anos aquele tema, e aí eu procurei explicar: “Olha, isso já tem audiência pública, tem Ministério Público, tem...”. Ou seja, não pensem, senhores, que a nossa Casa está isenta de falhas do Executivo, que ela está isenta da ausência de política pública, ou da não realização e

inadequação da política pública. A sociedade olha para cá, sim, e exige que esta Câmara seja atuante, fiscalizadora, que ela tenha efetividade, que dê respostas. Eu quero chamar a atenção, porque, de fato, nós temos, Presidente, uma autonomia, um espaço de autonomia, e é importante que exerçamos uma presença na sociedade, uma resposta à sociedade, em que crescem todos, porque eu tenho certeza de que, se essa medida for aplicada, ganha o Prefeito, ganha o Executivo, mas também representa uma ação do Legislativo.

Para nós, que somos a oposição, fazer esta proposta ou fazer críticas significa construir alternativas para saúde de Porto Alegre, para a segurança; não significa uma demagogia, como veio aqui o Vereador, há pouco, dizer sobre a fala do Ver. Kopittke. O Ver. Kopittke fez uma fala de 15 minutos de Grande Expediente, propositiva, Ver. Janta, apontando problemas. É muito simples chegar nesta tribuna e falar: “Isto é demagogia!”. Quero aqui responder sobre esse tema, e aqui o Ver. Pujol também veio dizer: “Olha, vocês fizeram isso, fizeram lá na Lomba, os centros integrados, as áreas de segurança, e não deu em nada”. Ora, o Governo Estadual – o Governo Tarso Genro, diferente do Governo Sartori – colocou muitos milhões na segurança, recuperando carreira, recuperando equipamento e muitas horas extras para montar as áreas de segurança pública aqui da Cidade. E não obteve, infelizmente, a reciprocidade em integração de ações.

Eu aqui encerro dizendo, mais uma vez, que a nossa Bancada, na autoria do Ver. Kopittke, está sendo propositiva. A fala dele não foi uma fala demagógica, ela é uma fala propositiva e está testemunhada nesse projeto de lei. Porto Alegre é mais uma das cidades, Ver. Pujol, que está sofrendo com a ausência do repasse do Piratini. Na área da saúde, R\$ 23 milhões são devidos a Porto Alegre, referentes aos anos de 2014 e 2015. Quem sabe os recursos que o Governo do Estado não repassa possam ser os recursos que, possivelmente argumente o Governo Municipal, necessários a um espaço específico para os nossos trabalhadores de saúde terem segurança para atender situações a vítimas de violência. Ver. Pujol, apenas eu lhe respondi sobre a demagogia que o senhor falou que era, eu lhe disse que o Governo do Estado deve R\$ 23 milhões, de 2014 a 2015, para saúde de Porto Alegre. Então, a derrubada do Veto significa receber e dar concretude a uma atitude propositiva da oposição – não é só denúncia, é também proposição.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Ver. Reginaldo Pujol, respondendo ao seu questionamento sobre o Regimento (Lê.): “Art. 173. Anunciada a votação, com a presença da maioria absoluta dos Vereadores, o Autor e os Líderes de Bancada, ou Vereador por eles indicado, poderão encaminhá-la pelo prazo de cinco minutos, sem aparte. (...) § 4º. Não havendo ‘quorum’, a votação será realizada na sessão seguinte, cabendo, nesta ocasião, encaminhamento pelas Bancadas que ainda não se manifestaram a respeito da proposição”.

O Sr. Reginaldo Pujol: Agradeço a gentileza dos seus esclarecimentos, já esperado pela sua competência e diligência na condução da Casa. Só por isso não posso responder à Vereadora que me pede que eu confirme algo que não posso confirmar, porque não posso ocupar a tribuna em função desse mandamento regimental, a meu juízo equivocado.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Perfeitamente.

O Ver. Kevin Krieger está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 078/15, com Veto Total.

O SR. KEVIN KRIEGER: Boa tarde. Quero cumprimentar o Presidente, Ver. Cassio Trogildo; as Sras. Vereadoras e os Srs. Vereadores. Em relação ao Veto que estamos analisando desde a semana passada, rapidamente queria falar do trabalho feito no ano passado quanto a este projeto. Foram várias reuniões do Ver. Alberto Kopittke com a nossa assessoria e o Secretário da Saúde Fernando Ritter. Na verdade há alguns detalhes, Ver. Alberto, que o Secretário Ritter nos colocou, e agora fica muito difícil saber nas discussões e nos debates, mas o que dificultou realmente o Governo de dar o o.k foram dois pontos: em relação à emenda que previa uma segurança armada – o Governo entende que deveria ser uma portaria e foi colocado vigilante –, e a outra questão é o prazo de um ano, e, na emenda, está de seis meses. Na verdade, o Governo entende que esse projeto é bom, mas que esses detalhes fazem com que apreciemos esse Veto, Ver. Alberto, principalmente em relação à questão armada. É entendimento seu, e eu respeito esse entendimento pelo trabalho que tu fazes na segurança, não só de hoje, mas é uma área em que, há alguns anos, vens trabalhando, mas o Governo entende que colocar hoje

um vigilante armado dentro das Unidades de Saúde ou em qualquer outra área pode, inclusive, gerar insegurança para quem está hoje na Unidade de Saúde e também para as pessoas que estariam portando uma arma de fogo. Sem falar também na questão do custo, pois o projeto faz com que o Governo tenha que abarcar mais custo, porque o vigilante, sem dúvida nenhuma, é muito mais caro que colocar a portaria. E, principalmente, Ver. Pujol, se temos um vigilante, por exemplo, no PACS da Cruzeiro, com arma de fogo, e ali nós temos uma área conflagrada, muitas vezes essa arma pode fazer com que ele seja feito de refém ou de outras coisas que poderiam deixar mais insegura a Unidade de Saúde.

São questões que nos induzem a ter que fazer a manutenção deste Veto, mas há também um compromisso do Governo, pelo próprio Secretário – e está aqui o Gil Almeida, que representa o Governo –, no sentido de que possamos pensar num projeto de lei ou do Executivo ou mesmo do próprio Ver. Alberto, corrigindo essas questões. E o Governo dará o apoio necessário para que possamos aprovar esse projeto. Então, eu solicito à nossa base que faça a manutenção do Veto exatamente por essas questões. Obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 078/15, com Veto Total.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, eu já debati o projeto quando se iniciou a discussão do Veto aqui na Câmara de Porto Alegre. As imagens transmitidas aqui pelo autor do projeto, Ver. Alberto Kopittke, foram de um caso gravíssimo de execução que ocorreu dentro do PACS, caso que já havia ocorrido dentro do Grupo Hospitalar Conceição e que, de fato, gerou sentimento de pânico, primeiro, por ter sido um assassinato dentro de um posto de atendimento da Cruzeiro do Sul, segundo, por gerar pânico para todos os usuários e trabalhadores que lá estavam naquele momento. E, na sequência, uma série de assembleias foram realizadas pela comunidade dos trabalhadores e pela comunidade local sobre a situação do Postão da Cruzeiro. Claro que o projeto do Ver. Alberto não era apenas para o Postão da Cruzeiro, era também para o conjunto dos próprios municipais e hospitais municipais, que devem ter medidas e políticas públicas de segurança. Nós estivemos na assembleia, e uma série de

encaminhamentos foi realizada junto com o Secretario Municipal de Saúde durante uma cobrança muito firme, muito forte da comunidade dos trabalhadores do PACS, medidas que até agora não foram executadas. Nós temos uma realidade extremamente insegura para os trabalhadores, e eu acho que o projeto do Ver. Alberto Kopittke é extremamente meritório no sentido de prever...

E eu peguei aqui, Ver.^a Sofia, a questão da dívida do Piratini para a saúde pública. São R\$ 291 milhões que o Piratini deve para a saúde pública; no caso de Porto Alegre, fala-se num total de R\$ 23 milhões, mas, no ano passado, ficou um déficit de R\$ 20 milhões. São mais de R\$ 40 milhões de reais que o Estado deve para o Município de Porto Alegre e que podem ser recursos utilizados justamente na construção da melhoria dos nossos equipamentos, seja no fluxo... No vídeo, vimos que a vítima já havia passado pela triagem. E, ao mesmo tempo, não há um fluxo que permita não só um melhor atendimento da população, mas melhores condições de segurança, uma equipe treinada. Eu acho que tem que ter concurso para a Guarda Municipal. Fala-se, no texto, sobre vigilantes armados; acho que, com concurso público, se garante carreira, treinamento, as condições para que esse servidor seja um servidor efetivo da carreira do Município e, ao mesmo tempo, esteja nos nossos próprios municipais, garantindo a segurança da nossa população.

Também, uma reforma administrativa. Quando estivemos lá, ventilou-se a ideia de um posto como há no HPS, dentro do PACS, como forma de garantir melhores condições de segurança. O fato é que a comunidade fez seu trabalho. Os trabalhadores fizeram seu trabalho. Os sindicatos apresentaram propostas concretas. A Câmara, com o projeto do Ver. Alberto, aprovado por unanimidade, fez o seu trabalho também, apresentando uma alternativa para o Município de Porto Alegre, mas aí nós nos deparamos com a prática recorrente do Governo Fortunati de vetar projetos meritórios para a nossa Porto Alegre. Parece uma prática de vetar todas as iniciativas da oposição, mas, no ano passado, Ver.^a Lourdes, nós iniciamos 2015 com vários vetos, inclusive de projetos de autoria de V. Exa, projetos meritórios, de defesa dos direitos dos animais, projetos do Ver. Dr. Thiago, inclusive de projetos de Vereadores da base do Governo. Parece que o Governo Fortunati trata a Câmara como se não houvesse nenhuma contribuição que o conjunto dos Vereadores tenha a dar à cidade de Porto Alegre. Tenho a convicção de que muitos dos que estão aqui – muitos dos que estão aqui! – têm muitas contribuições a dar, seja

através de projetos de lei, seja através da fiscalização permanente, seja através da atuação sistemática, fazendo indicações, fazendo audiências aqui na Câmara Municipal. Infelizmente, o Governo prefere não governar com a inteligência da Cidade, não ouvir os trabalhadores, não ouvir os sindicatos, não ouvir as comunidades, não ouvir a Câmara de Vereadores.

E está aí o resultado: 572 pessoas assassinadas em 2014. E está aí o resultado: uma situação de insegurança nos nossos prontos atendimentos, desrespeito aos trabalhadores. É preciso saber ouvir, é preciso buscar soluções de maneira integrada, é preciso ter um projeto de cidade que envolva segurança e prevenção como parte estratégica de um governo.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal o PLL nº 078/15, com Veto Total. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** o projeto, por 13 votos **SIM**; 16 votos **NÃO**. Mantido o Veto.

O Sr. Kevin Krieger (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da votação do PLE nº 021/10 por duas sessões. Temos uma conversa para fazer, através da Medida Provisória que foi editada em nível nacional, mas é importante colocarmos que Porto Alegre, desde 2010, já se antecipa a esse problema. Eu queria deixar isso registrado.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Kevin Krieger. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em discussão o PLL nº 043/14. (Pausa.)

O Sr. Márcio Bins Ely (Requerimento): Solicito o adiamento da discussão do PLL nº 043/14 por uma Sessão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Márcio Bins Ely. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em discussão o PLL nº 169/14. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

Em discussão o PLL nº 204/15. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 28 votos **SIM**.

Em discussão o PLL nº 184/15. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO**, por 29 votos **SIM**.

Em discussão o PLL nº 196/15. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa.) (Após apuração nominal.) **APROVADO** por 30 votos **SIM**.

Em discussão o PLL nº 183/15. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 29 votos **SIM**.

Em discussão o PLL nº 104/15. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 104/15. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação o PLL nº 104/15. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLL nº 136/15. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

Em discussão o PR nº 028/15. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

(O Ver. Guilherme Socias Villela assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Em votação o Requerimento nº 003/16. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

Em discussão o PLL nº 366/13. (Pausa.) O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLL nº 366/13.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Sr. Presidente, gostaria da atenção para explicar este projeto e fazer um reconhecimento. No dia de hoje, o Jornal do Comércio publica justamente uma matéria de página inteira sobre este projeto, uma matéria da jornalista Juliana Mastrascusa, que está trabalhando aqui no plenário. O Jornal do Comércio sempre acompanha o trabalho da Câmara Municipal. Trata-se de uma emenda a uma lei já existente, de autoria da Ver.^a Neuza Canabarro, sancionada pelo então Prefeito José Fogaça que trata da fiação subterrânea, ou seja, de uma progressiva retirada dos fios da via aérea, fios de energia, fios de cabeamento de tevê, telefonia e todo tipo de fio, essas massarocas, digamos assim, que se encontram na Cidade, e aos poucos serem subterrâneos, serem colocados para baixo.

Nós chegamos a fazer em 2013 um projeto – não sabíamos da existência do projeto da Ver.^a Neuza Canabarro –, no nosso mandato protocolamos um projeto no mesmo sentido, tendo o projeto da Ver.^a Neuza já em vigor, sancionado pelo prefeito Fogaça. Acabamos, então, transformado o projeto numa emenda, que diz basicamente o seguinte, que é o que estamos votando aqui: na medida em que esses fios forem sendo colocados para baixo – portanto, retirados os postes que sustentam essa fiação –, nesses lugares que ficarão vazios, plantaríamos ali uma árvore. Acho que é uma emenda que complementa um projeto tão importante, a Lei nº 10.337, de 28 de dezembro de 2007. Quero fazer aqui uma ressalva. Aqui se previa um prazo de implementação de 24 meses, a começar pelo Centro Histórico e pelas praças e parques, e isso não foi realizado. Fizeram-se trabalhos pontuais, é verdade. E a reportagem da Juliana, do Jornal do Comércio, traz bem. Os únicos pontos que foram iniciados nessa experiência foram ao lado do Shopping Praia de Belas, também um trajeto da Arena até a Rodoviária, são dois trajetos que não sofreram, inclusive, interrupção, durante o vendaval do dia 29 de janeiro.

É claro – a Juliana, na reportagem, bem traz a opinião de um representante CEEE – que o custo seria, pelo menos, de 10 a 20 vezes mais alto do que colocar a fiação por cima. Mas, logicamente, e ele concorda, é um ativista e um incentivador, que seja ao longo do tempo implementada essa política de fiação subterrânea. Mas nós temos que calcular os custos que estão envolvidos em termos de fiação aérea. O primeiro custo é o do risco da vida mesmo. Esse é um risco iminente, está sempre ali, em qualquer vendaval, qualquer intempérie, nós temos a possibilidade de um fio trazer um risco para a população. Então esse já seria um custo. Outro é que sempre que tivermos uma atividade atmosférica

dessa intensidade... É óbvio que essa do dia 29 de janeiro foi algo sem precedentes, então espero, pelo menos, que não tenhamos um fenômeno atmosférico assim.

O fato é que, toda vez que temos a derrubada de uma árvore ou alguma desconexão da rede de energia, temos ali um prejuízo financeiro. Isso faz com que vários setores, sejam hospitais, sejam *shopping centers*, uma série de estabelecimentos comerciais, postos de gasolina, tenham ali um gerador para garantir a sua energia. Então, vejam: só nisso, temos um alto custo que não está calculado. Seria uma forma de colocar no cálculo, para mostrar que é barato e possível – seja através de parcerias público-privadas, seja através de mobilização social – implementar uma política de fiação subterrânea.

É um convite que fazemos aos Vereadores. Não estamos fazendo nenhum tipo de emenda muito agressiva, na visão do Governo, porque estamos simplesmente tratando de reforçar uma lei que já existe. Na medida em que ela for implementada, com os postes sendo retirados, ali se plantaria uma árvore. Espero ter a sensibilidade dos Vereadores da base do Governo, para entender que estamos aqui contribuindo para uma lei que já existe e que, infelizmente, não foi implementada. Talvez seja essa uma grande oportunidade para implementá-la. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PLL nº 366/13.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; este projeto iniciou sua tramitação na Casa em novembro de 2013. Nesse meio-tempo foi examinado por várias Comissões, a começar pela Comissão de Constituição e Justiça, que, em 2014, apensava um parecer da lavra do Ver. Nereu D'Avila muito bem fundamentado, que indicava existência de óbice de natureza jurídica para tramitação. Isso em 25 de março de 2014. Nós estamos em 2016, faz dois ou três anos que isso ocorreu. Posteriormente, o Ver. Cláudio Janta também se manifesta, e se manifesta no sentido da aprovação do projeto, que, por escassa maioria, é aprovado. Mas a Comissão de Finanças, por uma manifestação do Ver. Aírto Ferronato, de forma unânime, se manifesta pela rejeição do projeto, já que ele contraria vários dispositivos legais e porque ele incide,

inclusive, em matéria econômica, gerando despesas para o Município e coisas de toda ordem.

Ora, Sr. Presidente, nesse momento em que 3 mil árvores foram derrubadas em Porto Alegre pela intempérie, este projeto volta aqui a ser objeto de discussão, é colocado na Ordem do Dia, e, de repente, estamos aqui para votar essa proposição. Eu, Sr. Presidente, observo com toda clareza que há alguns equívocos na proposta, os quais não autorizo que aprovemos, porque seria mais um projeto inexecutável. Simplesmente entender que onde tem um poste possa amanhã haver uma árvore é um exagero, porque há muitos lugares onde hoje tem um poste que de modo algum poderá ter uma árvore. Nós temos que, de uma vez por todas, chegar à conclusão de que não podemos plantar árvores apenas porque nós queremos que a Cidade continue com muitas árvores plantadas. Elas têm que ser plantadas em lugares onde os técnicos recomendem o tipo de árvore adaptada àquela área, e, se não houver adaptação, nenhuma árvore deve ser ali plantada.

Deixando de lado o que já é motivo muito forte para que não se aprove o projeto, que o Ver. Nereu muito bem esclareceu, que é a invasão à competência do Município, do Prefeito Municipal, a quem cabe ordenar as coisas do Município, independente disso, na sua materialidade se mostra inócuo, improdutivo. E o que se observa hoje em Porto Alegre é que muitas das árvores que infelizmente caíram naquela malfadada sexta-feira eram árvores inadequadas para os lugares onde foram plantadas. No ano passado, quando nós votamos um projeto de lei alterando o regime das podas no Município, já ficou muito claro que seria abandonado o plantio de árvores apenas para ser fazer estatística, o grande número de árvores plantadas. O que importa é a qualidade do plantio dessas árvores, que deve ser adequado aos lugares, onde é possível, é justificado e é recomendado.

Por isso, Sr. Presidente, apesar de a atualidade da matéria gerar esse tipo de simpatia ao projeto de lei, especialmente porque ele procura estabelecer um complemento a uma regra já anteriormente estabelecida e que tem exequibilidade muito relativa, que é a colocação obrigatória da infraestrutura urbana que depende de fiação de forma subterrânea, o que é um trabalho gigantesco... Quem viveu sabe como foi colocado no Centro da Cidade – não é tão fácil assim. E isso é uma responsabilidade das concessionárias desse serviço, que nem sempre estão com recurso capaz de permitir que

se estimule essa possibilidade com a opinião pública, para depois não se realizar. Então, como nós estamos tentando, de várias formas possíveis, chamar a Câmara a uma política de sensibilidade e de responsabilidade no sentido de não gerar, na opinião pública, expectativa incapaz de ser realizada pela aprovação pura e simples de projeto de lei aparentemente simpático e que seja exequível, eu estou aqui da tribuna me posicionando, por antecipação, pela não aprovação deste projeto de lei. Era isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLL nº 366/13.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Na oportunidade da discussão do projeto do Ver. Marcelo Sgarbossa, eu queria trazer à tribuna dois temas que nós abordamos no comparecimento do Vice-Prefeito e dos Secretários nesta Casa, durante a discussão sobre os impactos do temporal que atingiu Porto Alegre no dia 29 de janeiro, na qual colocamos pontos abordados pela nossa bancada, como contribuição à necessidade do plano de emergência que Porto Alegre precisa construir e que, na verdade, não foram respondidos, por um lado, no retorno dos Secretários, como é o caso do Plano de Manejo das árvores. Desde 1993, se não me engano, não há concurso para a área da Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SMAM. Esse Plano de Manejo é necessário para garantir a qualidade, a garantia de que essas árvores possam resistir aos efeitos climáticos, não só também para preservar o nosso tão querido meio ambiente. Então, são mais de 20 anos, e eu perguntei, Ver. Prof. Alex, qual era a empresa terceirizada – nós sabemos que é uma empresa terceirizada – responsável pelo Plano de Manejo e como era feito.

Sabemos – V. Exa. é biólogo – que a árvore tem um determinado momento do ano em que é mais propício para fazer esse Plano de Manejo, a fim de garantir que seja feito adequadamente, para que ela possa, sim, ser garantida nas nossas praças, parques, etc. Esse tema foi trazido junto com uma fala do Lutzenberger, que todos conhecem, dispensa apresentação, com a sua luta incansável em defesa do meio ambiente, é sempre alguém a ser lembrado como um combatente em defesa do ambiente natural. O Lutzenberger dizia que, quando a gente planta uma árvore, a gente olha para cima, porque essa árvore vai crescer, Paulinho, e, se em cima tiver fios, em vez de uma paineira, que se plante uma

pitangueira, e a paineira do outro lado da rua onde não tenha fiação. Então, é o mínimo de planejamento necessário para garantir uma cidade arborizada, uma cidade que tem que ser mais arborizada e, ao mesmo tempo, uma construção coletânea com o futuro, com a previsão de crescimento dessa árvore, ao mesmo tempo em que a cidade se arboriza.

Em terceiro lugar, quando abordamos a lei da então Ver.^a Neuza Canabarro, Ver. Marcelo, foi falado que a fiação é extremamente cara. Eu me lembrava, depois, que somente a telefonia em Porto Alegre deve milhões de reais para Prefeitura de Porto Alegre pelo descumprimento e por uma série de ações civis ajuizadas contra as empresas de telefonia ao longo dos anos, enfim, por sucessivos governos, e que são recursos que infelizmente o Município não viu. Particpei da CPI da Telefonia, por exemplo, no caso da telefonia, um Termo de Ajustamento de Conduta para que a fiação seja subterrânea, envolvendo recursos que devem ao Município de Porto Alegre – é ou não é uma alternativa para garantir que o Centro, que as praças e os parques, que as regiões arborizadas não tenham os fios da telefonia ali? É preciso fazer um plano, além desse de 2007. O que me pareceu é que os governos nunca se preocuparam em executar! E agora um temporal atingiu, infelizmente, em proporções enormes a nossa Cidade, derrubando muitas árvores e muitos fios, trazendo esse debate à tona. E é corretíssimo da nossa parte fiscalizar para que a legislação seja cumprida, até porque prevê multa de 90 mil em caso de não cumprimento da legislação, algo, obviamente, que nunca foi executado pelo Governo Municipal, mas que poderia ser também recursos para garantir o desenvolvimento dessa fiação subterrânea.

Concluo dizendo que o projeto é meritório porque propõe a questão do plantio de árvores no local desses postes. É uma discussão extremamente importante, é uma discussão que tem o nosso apoio, Ver. Marcelo Sgarbossa, e nós esperamos que possa ser aprovado na tarde de hoje na Câmara de Vereadores.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para discutir o PLL nº 366/13.

O SR. ALBERTO KOPITKE: Caros colegas; Ver. Sgarbossa, proponente deste meritório projeto; infelizmente, meu caro colega Marcelo, nossas esperanças são pequenas, porque a atual Administração Melo/Fortunati não gosta de boas ideias, não gosta de propostas. Não gosta nem daquilo que pactua com Vereadores aqui; vai lá e veta porque o Vereador é do partido A ou B. Então, parece-me que são outros os interesses que regem o Vice-Prefeito Melo nas suas andanças pela Cidade, inclusive fazendo política em cima da tragédia das pessoas.

Em relação ao seu projeto que trata do enterramento da fiação, nós abordamos esse tema quando o Vice-Prefeito aqui esteve na semana passada, e ele, obviamente, nada falou sobre o assunto, a não ser dizer que não dá, que não tem como – a resposta simples; não a resposta de um líder, de um prefeito, de uma pessoa que realmente quer apontar um rumo para uma cidade. A resposta da mesmice que gasta hoje com 1.200 CCs, o dobro do que a Cidade tinha há 10 anos, aí, obviamente, não sobra dinheiro para nada. E esse tema do enterramento dos fios é a maior prova da ausência de planejamento dessa gestão, uma gestão sem ousadia e sem planejamento, porque foi na última década que começou a se debater mudança climática, que a ONU aprovou seus documentos avisando os Municípios, os Estados, os governos nacionais de que o mundo está vivendo uma mudança climática. Como nós temos uma gestão que prefere andar para os lados... Aliás, o Prefeito Fortunati fala muito de caranguejos, pois eu costumo dizer para ele que não dá para querer ser também avestruz: esconder-se e não olhar a realidade, não olhar para frente, que é o tema dos fios, sim, de uma cidade moderna, de ambiente, de segurança e de economia. Não é gasto, como o senhor bem disse, sabe e estuda essa matéria. As grandes cidades do mundo, todas, já fizeram, algumas há séculos.

A gestão já está repavimentando a Av. Protásio Alves pela quinta vez! Não poderiam, numa dessas tantas de faz e refaz, ter feito um planejamento conjunto e estratégico com as empresas de energia elétrica, de tevê a cabo para fazer o enterramento e avançar? Mas não fazem, e isso mostra como o atual Vice-Prefeito Sebastião Melo, que é quem manda na Cidade de verdade hoje, não é capacitado para gerir e liderar uma cidade frente a mudanças climáticas, porque o temporal de sexta-feira – ou o que tivemos dois meses atrás – não vai ser exceção. Não há novidade no temporal. Infelizmente é uma tragédia, assustou todos nós, mas os cientistas há uma década estão dizendo que isso

vai acontecer – Prof. Alex, que é da área –, que vai ser constante e piorar ao longo dos próximos 30 ou 40 anos. E a atual gestão se recusa a planejar, recusa-se a chamar as universidades, a ter ousadia para a Cidade ser do tamanho que ela merece, com projetos inovadores. Só executa os projetos que as empreiteiras trouxeram, aquelas que deram financiamento na última eleição para a campanha de A ou B. A Prefeitura por si só não fez projeto nenhum até agora.

Então, esse tema do enterramento de fios é uma prova, infelizmente, de a quantas anda a nossa Cidade: infelizmente, gestores se aproveitando de crises para fazer política, aproveitando-se da tragédia das pessoas para fazer política, mas projeto estratégico de médio, de longo prazo, que tem que fazer, não fazem. E não deixam que os outros proponham. Derrotam e não trazem nem argumentos aqui sobre meio ambiente, urbanidade, urbanismo de uma cidade do séc. XXI, que a nossa Porto Alegre merece, mas, infelizmente, hoje não tem uma gestão competente para liderar nesse caminho. Infelizmente, colega Marcelo, porque o seu projeto é extremamente meritório para a nossa Cidade.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para discutir o PLL nº 366/13.

O SR. ENGº COMASSETTO: Prezado Sr. Presidente, Ver. Villela; meus colegas Vereadores e Vereadoras, senhoras e senhores que nos ouvem, Ver. Marcelo Sgarbossa, quero cumprimentá-lo e acredito que este projeto seja mais um dos que será aprovado por unanimidade aqui nesta Casa, porque é tão objetivo, tão claro e traz uma contribuição e um benefício imenso para a cidade de Porto Alegre. O projeto é muito simples: que em todos os locais da Cidade seja substituída a rede elétrica, e onde tem aquele poste duro, de madeira ou de cimento, quando forem feitas as redes subterrâneas, seja plantada uma árvore em seu lugar. Eu acredito que não vai haver objeção a esse projeto. E o projeto aqui também é uma complementação – e aqui eu faço um cumprimento às mulheres Vereadoras desta Casa, porque esse projeto é de autoria da ex-Vereadora Neuza Canabarro, que, em 2007, propôs e aprovou esse projeto. Agora, eu queria pedir aqui o olhar fiscalizador que têm todos os Vereadores e Vereadoras, porque o projeto da Neuza,

aprovado em 2007, diz o seguinte: que as redes de infraestrutura, prezado Villela, de transmissão de energia elétrica, de telefonia, de comunicação de dados via fibra ótica, de televisão e cabo e de outros cabeamentos deverão ser exclusivamente subterrâneos nos seguintes locais: o Centro da Cidade, em todos os parques e praças, considerando como integrante desses, para efeito, os passeios públicos e tudo o mais. O que me chama atenção aqui – quero socializar aqui com os colegas Vereadores – é que há vários loteamentos aprovados em 2007 e há praças em que não vejo as redes subterrâneas, conforme determina a lei. A lei diz, nos artigos 4º e 5º, que a colocação de dutos para implantação da rede subterrânea deverá ser precedida de concessão, permissão e autorização do Município, em conformidade com a legislação municipal, e o não atendimento nos prazos estipulados nessa lei sujeitará os infratores à multa diária de 512 a 25 mil Unidades Financeiras Municipais. Ver.^a Mônica, eu queria saber quantos empreendimentos foram aprovados. A lei foi sancionada, publicada no dia 28 de dezembro de 2007, com 90 dias para entrar em vigência. Então, a partir de março de 2008, todos os projetos de loteamento que têm praças, no mínimo, no entorno dessas praças, têm de se prever dutos subterrâneos. Se não o fizeram, há multa diária correndo. Então, já faço aqui, Sr. Presidente, um Pedido de Informações à Secretaria de Urbanismo, no sentido de que remeta a esta Casa todos os projetos aprovados a partir de março de 2008 que contenham parques e praças. Porque, em todos esses, a rede, por lei, tem que ser subterrânea e, se não o fizeram, estão de forma irregular, e, se irregular, há uma multa diária que pode ser de 25 mil UFM.

Eu volto aqui ao projeto do Ver. Marcelo. Como disse no início, é um projeto em que não pode haver contestação. Se em Porto Alegre nós temos 1,2 milhão árvores, aproximadamente, descontando as 4 ou 5 mil que foram destruídas nesta última catástrofe, é claro que tem que haver uma reposição. E essa é mais uma lógica de arborizar Porto Alegre. Portanto acredito que será um projeto aprovado por unanimidade nesta Casa. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Cassio Trogildo reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLL nº 366/13.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, senhoras e senhores que acompanham os trabalhos nesta tarde, Vereadores e Vereadoras. Subo à tribuna para elogiar, parabenizar o Ver. Marcelo pela proposição.

A nossa Cidade vem, ano após ano, perdendo a sua cobertura verde, e o seu projeto é meritório pela tentativa de devolver uma parcela de cobertura vegetal ao Município de Porto Alegre. Nós, que durante muitos anos, em décadas passadas, nos vangloriávamos de ser a Capital Verde do Brasil, estamos perdendo cada vez mais espaço e, com relação a isso, a redução da nossa cobertura verde, nós temos um problema que os cientistas conhecem muito bem e que se intensifica mundo afora, chamado de fenômeno de ilhas de calor. As ilhas de calor são microrregiões, principalmente localizadas nos centros urbanos, que têm um alto índice de impermeabilização do solo e remoção da cobertura vegetal. Essa formação de microclimas dentro de uma cidade agrava os fenômenos climáticos nas grandes cidades do mundo. É isso que vem acontecendo com Porto Alegre nos últimos anos.

Nós temos, a partir da colocação da Região Central da nossa Cidade, um grande local de ilha de calor, um agravamento das condições climáticas ambientais. Portanto, eu não consigo concordar com os Vereadores que, na semana passada, na visita do Vice-Prefeito e de parte do Secretariado, fizeram uso da palavra enaltecendo as ações da Prefeitura, porque todas elas foram paliativas.

(Aparte antirregimental do Ver. João Carlos Nedel.)

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Perdão. Restaurativas, como bem destaca o Ver. Nedel. A Cidade tentou se recuperar de um problema, mas ela não precisava ter sofrido um problema de tamanha gravidade. Nós estamos piorando as condições de sobrevivência e vamos agravar cada vez mais esses fenômenos climáticos e meteorológicos. O projeto do Ver. Marcelo Sgarbossa vem justamente tentando contornar esse problema.

A cobertura vegetal filtra e absorve parte da radiação solar, diminuindo a temperatura no Centro da nossa Cidade e nos bairros mais adensados e de maior impermeabilização,

minimizando os efeitos climáticos. E, infelizmente, existem pessoas que não entendem ou fingem não entender o que está acontecendo. Entristeceu-me bastante, e infelizmente eu não pude fazer uso da palavra na semana passada, com relação à manifestação do Ver. Idenir Cecchim, que atacou, agrediu ecologistas que se fizeram presentes no encontro, principalmente questionando onde estão os ecologistas quando uma árvore velha, podre cai sobre uma residência.

A Ver.^a Fernanda, que fez uso da palavra agora, falou que existe uma palavra que não é usada pela SMAM, por conta do sucateamento dessa Secretaria, a palavra manejo. A SMAM não serve apenas para fazer cortes, remoções e podas de árvores; ela deveria fazer também manejo vegetal, ela deveria avaliar as condições de fitossanidade dos indivíduos desta Cidade e verificar quais árvores precisam ter uma poda mais drástica e, se ela está condenada, fazer o plantio de uma árvore jovem ao seu lado, para que ela possa crescer em tempo hábil, até que a árvore mais velha precise ser removida. O manejo não é feito. Fogaça, Fortunati e, agora, o Vice Sebastião Melo não têm preocupação com relação a esse quesito. Portanto, Ver. Idenir Cecchim, peço que V. Exa. meça um pouco mais as suas palavras ao criticar o trabalho dos ecologistas. Eles sempre destacaram os problemas que a nossa Cidade tem vivido e dando alternativas para isso, mas o Executivo desta cidade faz ouvidos de deficientes auditivos. Finge não ver, finge não ouvir sugestões e, à revelia, faz o que bem entende. A base governista desta Câmara, com alguns de seus representantes, propõe projetos que simplesmente viabilizam mais e mais construções, mais e mais adensamento urbano. Esse é o problema de Porto Alegre: é a falta de planejamento, é a falta de um olhar com relação ao todo. E o todo não são apenas prédios e carros nesta Cidade; o todo são principalmente as pessoas e a natureza ao nosso entorno. Portanto, parabéns, Ver. Marcelo Sgarbossa, que, nadando contra a maré do desenvolvimento a qualquer custo, traz boas proposições a esta Casa Legislativa. Boa tarde!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para discutir o PLL nº 366/13.

A SRA. LOURDES SPRENGER: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, vem a este plenário o projeto do colega Ver. Sgarbossa com a preocupação de aumentar o nosso verde, já que, com a última tempestade, nossos principais parques ficaram com as árvores no chão, e ainda estão. E para nós que preservamos a natureza, para nós que gostamos desse verde, realmente, não se vê com satisfação o que aconteceu. Mas, felizmente, como já foi tão falado aqui, não tivemos óbitos, mas bastante prejuízo material. O que eu observo aqui neste projeto é que, se fôssemos utilizar todas as redes subterrâneas, haveria um aumento significativo de árvores. E o que se tem hoje são mais de 600 parques para os quais a nossa Secretaria não tem recursos humanos, não tem recursos ao longo do tempo. Tentamos aumentar o orçamento para 2014, não foi aceito pela relatoria do nosso colega Ver. Ferronato, então não podemos esperar muito e tão imediatamente de uma Secretaria que foi desfalcada, em que as pessoas se aposentaram, envelheceram, e não houve, ao longo do tempo, preocupação na Secretaria mais antiga do País em aumentar os seus recursos orçamentários. Vejo também que a grande leva dos movimentos, do Porto Alegre Vive, na época, em 2002, tinha essa preocupação com o meio ambiente, com o adensamento, resultando em muitos plantios de árvores, realmente. Mas as árvores escolhidas, pelo menos na Zona Sul, foram de elevada altura o que hoje já está prejudicando a fiação, e, quando se vê, é a telefonia ou a própria área de energia, através de empresas terceirizadas, que vai lá, faz um corte em “V” e detona com a beleza da arborização. Claro que se um projeto desses, que é muito importante, fosse aprovado, deveria se preocupar com as espécies que não fossem essas que foram plantadas como árvores de grande dimensão, porque se não tem condições, hoje, de manter, e se não houver um plano de imediato para que a SMAM tenha mais recursos humanos e mais recursos financeiros, teremos mais um problema com muitas árvores, porque imaginem retirar uma rede e colocar em cada poste uma árvore; talvez o projeto pudesse ser um pouco mais reduzido para permitir que fosse replantada essa região. O que eu vejo também, ao longo do tempo em que atuei nesta área de energia, é que as fiações subterrâneas, um bom projeto da nossa ex-Vereadora Neuza que foi aprovado, segundo consta nos registros da Casa, seriam para os novos projetos. Nós temos praticamente um novo bairro, como é o Germânia, em Porto Alegre, ou outros no Extremo-Sul que surgiram, onde também poderiam ser utilizadas as redes subterrâneas. Também concordo com o que foi dito aqui, que parece que é bem dispendioso agora, mas

dispendioso é ficar vários dias sem energia, ficar vendo transformadores no chão, postes quebrados. Estive no bairro IAPI, em frente a uma escola onde quatro postes foram quebrados e ainda não houve a possibilidade de recomposição, os fios estão amarrados em árvores. E não é só onde andei, tem vários pontos da Cidade. Veja bem, se fosse um projeto para iniciar subterrâneo no futuro, certamente isso seria mais econômico. Também não podemos nos apequenar dizendo que isso é dispendioso: existem recursos federais, vamos captar esses recursos e vamos tentar viabilizar. E tenho também a informação de que ali na Av. Carlos Gomes há uma rede subterrânea que foi construída, mas não foi utilizada por essa mesma justificativa de custos. Vamos pensar em captar recursos, em melhorar e modernizar a Cidade, que poderemos iniciar nas novas construções com redes subterrâneas. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLL nº 366/13.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Vereadoras, eu, Ver. Villela, estava disposto a não usar a tribuna hoje, porque com os Vereadores inteligentes, como são aqui, muitas vezes, é melhor só ouvir e não falar muito. Já que temos dois ouvidos para escutar e somente uma boca para falar, às vezes, é melhor escutar mais e falar menos. É o que acontece com alguns Vereadores, na ânsia de defender algumas ideias, que eu respeito, por mais estapafúrdia que seja a ideia, eu respeito. Por exemplo, eu respeito o projeto do Ver. Sgarbossa. Eu tenho um projeto andando na Casa, que não é parecido, é aquele que pede para retirar esse trambolho do trem Coester, que não serve para nada, esse trambolho de concreto, é um monumento à incompetência da indústria do Rio Grande do Sul, não deu certo em lugar nenhum do mundo. Agora fizeram lá no Aeroporto e está sempre quebrado. É uma tecnologia arcaica, atrasada. O meu projeto tira esse trem Coester, que não é nem trem, não é nada. Que tira essa estrutura louca que enfeia a Cidade, e usa essa estrutura de concreto para fazer o dique do Arroio Feijó, dá para fazer um bom trecho com esse baita material. E a cada grande coluna de concreto, planta-se uma árvore. Compensaria quase todas as árvores que foram cortadas ali no Gasômetro. Esse era o meu projeto. Então, se eu achei que esse projeto é bom, eu

pág. 40

não posso detonar com o projeto do Sgarbossa. Porque, a ideia é mais ou menos essa, Sgarbossa, substituir estruturas mortas por uma estrutura viva. Mas nós temos que olhar onde que se plantam essas árvores. Se for debaixo da rede, não dá; enterrar a rede é o ideal, no mundo todo é ideal. Mas nós temos poucos recursos para fazer isso, não tem como, falta dinheiro. Então, eu acho que nós temos que realmente, discutir muito esses projetos e ver a viabilidade de se fazer, Ver. Sgarbossa. Eu não consegui, desculpe-me a minha falta de saber o que vale, o que dá, o que não dá para fazer com este projeto, se dá muito custo, se é viável, se vai atrapalhar a rede de energia, se não vai atrapalhar a rede de energia. Eu acho que nós temos que ter uma política, isso sim, de onde plantar as árvores em Porto Alegre, porque nós queremos encher as ruas de árvores... Eu tenho um outro projeto que pede que, pelo menos, 20% da exigência de árvores plantadas seja de árvores frutíferas para dar para a população. As árvores são árvores, são frutíferas, elas não crescem muito para cima e elas ajudam o meio ambiente também. Então, nós temos várias maneiras de fazer com que a Cidade continue tendo bastantes árvores e não que tenha árvores que caiam em cima de casa, em cima da rede de energia elétrica, em cima de automóveis, como aconteceu. Nós temos que ter, isso sim, um respeito com a Cidade, porque, às vezes, plantar árvore... Eu vou dar um exemplo de desrespeito onde se planta árvore. Lá na pista de *skate* da Av. Cristóvão Colombo, está delimitada a praça – está programada para ser duplicada a Av. Cristóvão Colombo –, e tem uma linha de árvores onde será o novo meio-fio. O que se fez lá? Plantou-se no meio-fio atual para as árvores crescerem e depois alguém subir na árvore para não deixar alargar a Av. Cristóvão Colombo. Isso é um absurdo, isso é um absurdo! Faltou autoridade da SMAM dizendo que ali não podia, porque estava planejado para duplicar a Cristóvão Colombo. E não me venham com esta balela de que querem tirar a praça para fazer rua. Não, isso já está estabelecido no Plano Diretor, no plano viário, em todos os lugares. Não precisava fazer isso. Isso é um desrespeito com o que existe. Então, temos muitas maneiras de plantar árvores e de preservar. O que não dá é para transformar as árvores num perigo. E nós estamos deixando árvores se transformarem em perigo. Elas não têm culpa. A culpa é daqueles que não deixam podar, que não deixam substituir as árvores de cada local, onde elas apresentam perigo. Obrigada.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para discutir o PLL nº 366/13.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo; senhoras e senhores, a Ver.^a Fernanda Melchionna falou há pouco sobre a necessidade do plano de manejo. Ela tem razão, há necessidade de ter um plano de manejo, sem dúvida, e, ao que me consta, pode até existir esse plano de manejo. O problema está na execução: infraestrutura, equipamento, pessoal e tudo para que seja implantado esse plano de manejo, que seja realizada a substituição de árvores antigas por novas e assim por diante. Algumas definições também, Ver. Villela, nós precisamos ter, por exemplo: vamos manter as ervas de passarinho liquidando com aproximadamente 10 mil árvores em Porto Alegre ou vamos impedir que elas se proliferem? É uma decisão.

Essa calamidade que nos atingiu também nos trouxe oportunidades. Oportunidade de rever o que há anos tem sido feito, tem sido executado. Nós sabemos – e vimos agora – que árvores de grande porte são próprias, adequadas para praças, parques e topos de morro. Nossos topos de morro em Porto Alegre são “morro pelado”! Isso é uma tristeza, pode ter muitas árvores nos topos de morro. Nós sabemos também que, nos passeios públicos, árvores de grande porte não são adequadas, e sim árvores de médio ou pequeno porte, assim como, por exemplo, o ipê amarelo ou o ipê roxo, que já são característicos de Porto Alegre e, além de tudo, são árvores que produzem flores, são muito bonitas e embelezam a nossa Cidade. Estive em Goiânia, recentemente, e vi que lá são plantadas flores, pequenos arbustos floridos, que deixam a cidade extremamente bela.

Sobre o projeto do Ver. Sgarbossa, eu li as considerações da Procuradoria, que diz claramente que, por força do que dispõe o art. 94, inc. XII, da Lei Orgânica, compete privativamente ao chefe do Poder Executivo realizar a gestão dos bens municipais, preceito que resta afetado pelo conteúdo normativo do § 6º, art. 1º, da lei a ser alterada. Também o disposto no art. 4º da lei objeto de alteração, dada pela proposição, por impor obrigação ao chefe do Poder Executivo, vênha concedida, incide em violação ao princípio da independência dos poderes.

Eu lembro também que o Ver. Sgarbossa deu uma ideia boa, esses tempos, sobre os *parklets*: os *parklets* para dentro das calçadas. Eu vi, lá em Palo Alto, que os *parklets* são

feitos onde a calçada é larga, e aí se cria um bom espaço de convivência para os nossos munícipes. Então eu acho que o Vereador propôs um assunto importante sobre os *parklets* e que, agora, está propondo uma alteração diferente ou dessintonizando com a sua proposta inicial.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLL nº 366/13.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Quero aqui concordar com vários argumentos, por incrível que pareça, feitos pelo Ver. Cecchim. Começo assim, de propósito, porque acho que um projeto de lei como este não deve ser entendido como um projeto de oposição, dos “ecochatos” ou de alguém que não quer viabilizar uma política urbana ambiental. É uma proposta que poderá ser simbólica, de uma cidade que faz uma opção pelo seu patrimônio ambiental. E também, simbólica, no sentido de que tem que haver uma política de reflorestamento, de reposição, de manutenção do patrimônio. E acho que esta política, e o Ver. Cecchim dava vários exemplos, e eu quero que esses exemplos sirvam para caracterizar, na minha opinião, essa falta de cuidado de um órgão ambiental; não precisa ser ele, mas que ele oriente a cidade de Porto Alegre. E eu vou dar um testemunho: na frente da minha casa, eu, que sou defensora de plantio, foi plantada pela SMAM uma árvore bem embaixo dos fios. Hoje ela está um arbusto médio já atravessado por fiação! Então, isso foi uma ação de governo. Imaginem a população ela não tem na sua mão a orientação de que tipo de árvore, de que lugar, em que estação, como fazer. Isto é uma absoluta lacuna na cidade de Porto Alegre. Então, quando o Ver. Marcelo propõe que se implemente a política, que nós sabemos que é cara, mas se não começar nunca, se não começar por um setor, se não for projetado que a fiação venha a ser subterrânea a médio prazo – e nós sabemos que não é cada fiação, são galerias para toda a fiação necessária para determinada rua. Bom, e retirado um poste, conquistado isso, seja um pedaço que for, se coloque uma árvore. Não necessariamente, exatamente onde estava o poste, mas com a inteligência que se espera, combinada, do órgão público gestor do meio ambiente, SMAM, com EPTC, com SMOV, com todos os órgãos, que seja um resultado de uma política transversal.

Eu acho que o argumento de que não dá para plantar exatamente onde se tirou um poste, não é um bom argumento, porque uma lei não impõe exatamente isso, impõe a substituição: tirou um poste, coloca uma árvore, um pouco mais para lá, ou pouco mais para cá. Mas é simbólico em uma cidade que planeja o seu verde, que planeja o tipo de verde, que orienta a população, que estimula e orienta as políticas, para que se faça a substituição gradual.

Eu não sou Ver. Alex, técnica da área, mas ouvi muitas opiniões, inclusive, a opinião do Vice-Prefeito dizendo que as árvores, na verdade, protegeram Porto Alegre, que essa ventania pegou o arvoredo, que poderia ter pego outros obstáculos e derrubado mais casas, mais paradas de ônibus, obstáculos que vêm na rua e atingido pessoas. Portanto, que é necessária a reposição do nosso verde. Fala-se em mais de mil árvores no chão. Há um movimento muito bonito, e que espero que a Prefeitura faça um diálogo de fato consequente, que é o Fórum Municipal do Meio Ambiente; já se constituindo como um fórum, porque são vários movimentos ligados à questão ambiental que estão dialogando, que estão catalogando, estão se oferecendo para ajudar a catalogar e querem a recuperação de árvores que foram atingidas e querem acompanhar e ajudar no replantio. Então a cidade de Porto Alegre tem esse privilégio de ter uma população que quer se envolver com o seu patrimônio ambiental.

Propostas como essa, Ver. Sgarbossa, são simbólicas de que se respeita essa vocação, essa vontade da população, e se orienta as políticas de governo para não se ter mais o conflito que hoje está instalado em relação a fios e árvores. É simbólico para solucionar esse conflito: vamos progressivamente retirar os fios e vamos repor o nosso patrimônio ambiental. Parabéns, Ver. Marcelo, conte com o nosso voto.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Kevin Krieger, o PLL nº 366/13. (Pausa.) (Após a votação nominal.) **REJEITADO** por 8 votos **SIM**; 14 votos **NÃO**.

Em discussão o PLL nº 174/14. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 174/14. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**.

Em votação o PLL nº 174/14. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Sr. Márcio Bins Ely (Requerimento): Sr. Presidente, requeiro o adiamento da discussão do PLL nº 166/13 por uma Sessão, tendo em vista a ausência do autor do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Márcio Bins Ely. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLL nº 046/14. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 046/14. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação a Emenda nº 02 ao PLL nº 046/14. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**, com votos contrários da Ver.^a Fernanda Melchionna e do Ver. Prof. Alex Fraga.

Em votação a Emenda nº 03 ao PLL nº 046/14. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.** Com prejudicialidade parcial em razão da aprovação da Emenda nº 02.

Em votação o PLL nº 046/14. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Sr. Kevin Krieger (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Kevin Krieger. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Treze Vereadores presentes. Não há quórum.

(17h27min) Encerrada a Ordem do Dia.

O Ver. Airto Ferronato solicita Licença para Tratamento de Saúde no dia 15 de fevereiro de 2016.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

Este Vereador está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desisto. O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra em Comunicações.

O SR. DELEGADO CLEITON: Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo; Srs. Vereadores, colegas funcionários desta Casa, público que aqui nos assiste, eu vim aqui hoje prestar uma homenagem a um grande militante do PDT, o ex-Deputado, Conselheiro do Tribunal de Contas, Adroaldo Loureiro. Pessoa que muito fez, e fez muito bem levantando as bandeiras do PDT, um grande amigo de quem tenho a honra de dizer que fui eleitor e que hoje deixa como legado o Deputado Eduardo Loureiro, seu filho. O Adroaldo, que já foi vereador, prefeito da cidade de Santo Ângelo, foi autor de algumas leis tais como a lei de combate ao *bullying* nas escolas; lei dos desmanches, pensando em segurança pública, e outras leis. E o que é mais importante, foi alguém que honrou, de forma muito digna, a bandeira do PDT. Hoje nós, trabalhistas, estamos de luto porque perdemos um grande político e, creio eu, não só os trabalhistas, pois, quando se perde alguém que tem na sua história de vida cativar e lutar pela sua comunidade, acho que ele é digno de homenagem de todos os partidos e não só do PDT.

O Sr. João Carlos Nedel: Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ilustre Ver. Delegado Cleiton, quero cumprimentá-lo por essa importante homenagem a esse grande homem público. Sou testemunha, porque sou missioneiro e conheço o trabalho que ele fez em Santo Ângelo, em toda a região missioneira, em São Luiz Gonzaga, de onde sou oriundo, e também o seu trabalho no Tribunal de Contas. Realmente o Rio Grande do Sul perdeu um grande homem. Meus cumprimentos pela merecida homenagem que V. Exa. está prestando.

O SR. DELEGADO CLEITON: Obrigado, Ver. Nedel.

O Sr. Engº Comassetto: Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Delegado Cleiton, em nome da minha Bancada do Partido dos

Trabalhadores, vimos nos solidarizar com a família do Adroaldo Loureiro, bem como toda a família pedetista e com a política do Rio Grande do Sul, que perde uma grande referência. Receba os nossos sentimentos. Um grande abraço.

O SR. DELEGADO CLEITON: Obrigado, Vereador. Então, é com esse sentimento que subo a esta tribuna para homenagear, em nome desse homem, todos os bons políticos, aqueles que buscam o bem comum, aqueles que saem de casa pensando que podem melhorar o mundo. E nós merecemos um mundo melhor. Obrigado, senhores.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra em Comunicações.

O SR. ENGº COMASSETTO: Prezado Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo; colegas Vereadores e Vereadoras, venho aqui, neste período de Comunicações, exercitar mais uma vez o nosso papel fiscalizador sobre a cidade de Porto Alegre. E quero me referir aqui, hoje, à cidade de Porto Alegre que não queremos, mas que é uma realidade, ou seja, as obras em que se constrói, quebram e se fazem aditivos – e a Cidade está paralisada, Ver. Cecchim. Eu me refiro aqui aos mais de R\$ 5 bilhões que Porto Alegre recebeu, via Governo Federal, para executar um conjunto de obras. Das 17 obras da cidade de Porto Alegre que eram para a Copa de 2014, quatro foram concluídas, ou semiconcluídas, até porque aqui na Av. Edvaldo Pereira Paiva e nas obras do Beira-Rio os alagamentos continuaram, mesmo com toda aquela obra de infraestrutura feita. Bom, mas eu quero indagar aqui, prezados ouvintes, por que as obras da Av. Protásio Alves e da Av. Bento Gonçalves executam e quebram? Será que não tem Secretário de Obras nesta Cidade? Será que não tem Secretário de Planejamento nesta Cidade? Será que não tem engenheiros para fiscalizar essas obras e não deixar construir erroneamente? Se fosse uma vez, tudo bem, ainda poderíamos admitir, mas quatro ou cinco vezes o mesmo erro... Não dá para aceitarmos isso, prezada base do Governo. E aquele público ali no entorno? Ver. Cecchim, o senhor que é empresário e que trabalha no comércio, Ver. João Carlos Nedel, quem é que paga aquelas pequenas empresas que ficam no entorno dessas obras paralisadas um, dois, três, quatro, cinco anos, como é lá no viaduto que

leva ao aeroporto? Quem é que paga aquele pequeno comércio que quebra todo no entorno? Tem que ter uma resposta, não dá para continuar a gestão pública. E aí o Prefeito Fortunati veio com a bela capacidade, no início deste ano, de dizer: “Este ano concluiremos 80% das obras que não realizamos nos últimos seis anos”. Está bem, é uma ótima manchete, os jornais dão uma ótima manchete, mas por que não traz a explicação? Quem é que está pagando o prejuízo da Cidade? Eu tenho recebido inúmeras reclamações no nosso gabinete, também quando andamos pela Av. Protásio Alves, Av. Bento Gonçalves, pelas trincheiras – agora anunciaram a entrega de uma delas –, pelo viaduto do Aeroporto, pela Av. Tronco, cujas famílias não são reassentadas nunca, a Prefeitura veio na reunião da CUTHAB, mas não sabe o calendário de reassentamento dessas famílias, prezado Ver. Cassio Trogildo. São 1,6 mil famílias, nós sabemos que é complexo, mas como um projeto desses se inicia, e, cinco anos depois, não se tem um calendário? Quando essas famílias serão reassentadas? Para onde irão? Quais ficarão no local? Quero aqui novamente fazer essa cobrança do Executivo Municipal, dizer que este Governo de gestão é péssimo, está desconstruído, as Secretarias não se entendem, e eu não entendo quem é o Secretário responsável. Isto é caso de improbidade: constrói e quebra; constrói e quebra, constrói e quebra e dê-lhe aditivos. É claro que está faltando 50 milhões para o gerador nas casas de bombas do DMAE, que não conseguiu bombear água na catástrofe que houve em Porto Alegre. Se gastam mal o dinheiro, falta onde precisa. Em Porto Alegre está-se gastando mal o dinheiro nas obras nesse momento. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Aprego o Memorando nº 002/16, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, nos termos do art. 227, § 6º e 7º do Regimento – justificativa de falta –, que comunica a sua participação nas reuniões da CNPL – Confederação Nacional dos Profissionais Liberais, que ocorrerá em Brasília, Distrito Federal, nos dias 16 e 17 de fevereiro de 2016.

O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra em Comunicações.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, o Ver. Comassetto aqui esteve falando da demora das obras e da falta de fiscalização.

Efetivamente, ele tem razão, em parte; as obras atrasaram. Houve problemas de fiscalização? Sim, houve problemas de fiscalização. No entanto, as obras atrasaram, muitas vezes, por falta de recursos; muitas vezes, por falta de liberação de recursos do Governo Federal, do partido do Ver. Comassetto. Também, porque são muitas obras, e, às vezes, não dava tempo para fiscalizar todos os pontos que exigiam fiscalização, portanto, a Prefeitura contratou novos fiscais para acelerar essa fiscalização.

Eu devo dizer que essa fiscalização e a recomposição das obras são custos da empresa ganhadora da licitação. O Município não teve prejuízos. Também devo dizer que este Governo tem o cuidado com o equilíbrio financeiro, porque não podemos permitir que aconteça o que aconteceu no Governo do Partido dos Trabalhadores, quando ficamos três anos seguidos com déficit financeiro elevado. Isso cancelou todos os financiamentos que seriam concedidos pelas entidades financeiras nacionais e internacionais. Então, finalmente, o Governo Fogaça/Fortunati recuperou as finanças do Município, e, hoje, mesmo com crise financeira, nós temos o equilíbrio das contas do nosso Município.

Eu estive, durante o recesso, alguns dias em Brasília, e estive visitando a Secretaria da Aviação Civil para verificar o assunto do nosso aeroporto, Ver. Delegado Cleiton, que preside a Sessão neste momento. Fui informado de que o processo se encontra no Tribunal de Contas da União para análise final e que após isso voltará à Secretaria para então a elaboração do edital final. E fui informado pelo funcionário responsável que eles imaginam que em maio ou junho esteja completo já o sistema de licitação e já saberemos quem será o novo concessionário do nosso Aeroporto Internacional Salgado Filho.

O Prefeito e o Secretário Urbano Schmitt estiveram na semana passada em Brasília porque o Governo Federal, primeiro, reduziu o tempo de concessão. Por que só para Porto Alegre foi reduzido o tempo de concessão de 30 para 25 anos? Por quê? Outra questão: por que já havia sido combinado que nós tiraríamos a metade da Vila Nazaré para o loteamento Senhor do Bonfim e isso estava resolvido, agora, então, o Governo diz: "Não, vamos tirar 100% da Vila Nazaré!"

E a tristeza, Sr. Presidente, Ver. Delegado Cleiton; é que cancelaram o financiamento do loteamento Irmãos Maristas, onde se relocaria a segunda leva da Vila Nazaré. Então, o Prefeito esteve em Brasília gestionando para que fosse liberado esse financiamento para que as obras sejam iniciadas e completadas até a expansão da pista do nosso aeroporto. Então, senhores Vereadores, vejam como o Governo Federal seguidamente é

incoerente, exige uma coisa e tranca o dinheiro necessário para que essas obras sejam concluídas. Então nós precisamos concluir as obras de expansão da pista de nosso Aeroporto, porque se estima que o Rio Grande do Sul perca R\$ 3 bilhões a cada ano de custos que poderiam ser investidos na produção do nosso Estado. Então é imperioso que as forças vivas de Porto Alegre se movimentem em favor do nosso Aeroporto Internacional Salgado Filho. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Delegado Cleiton assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste.

Passamos à

PAUTA

Não há quem queira discutir a Pauta.

O Sr. João Carlos Nedel: Sr. Presidente, é importante que a Pauta fosse passada. Eu queria salientar que hoje o jornal Diário Gaúcho informou a dificuldade que os moradores do Porto Novo, ou seja, da nova Dique, que foi transferida para junto do Porto Seco, têm com os nomes das ruas, porque eles não recebem correspondência. E na Pauta existem vários projetos de denominação de logradouros em Porto Alegre, já muitos superando alguns problemas em outros bairros. Quero deixar muito clara a importância de que os nossos logradouros tenham nomes, para que as pessoas sejam encontradas, que recebam crédito, recebam ofertas de trabalho, e também que possam receber seus parentes em suas residências. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): Obrigado, Ver. João Carlos Nedel, que falou da importância de colocar nomes em ruas, e da autoestima que dá aos moradores. Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h48min.)